



**Ata da Audiência Pública para Elaboração do Projeto de Lei de
Diretrizes Orçamentárias
LDO 2025**

**Subsecretaria de Planejamento e Controle Orçamentário
Sefin-7.7**

Realizada no Auditório Jornalista Roberto Marinho, sito a Rua José Borges Neto 50, Nova Mirim, Praia Grande- SP, com transmissão ao vivo através do Instagram da Prefeitura, link de acesso **(www.instagram.com/prefpraiagrande)** no dia 26/04/2024 as 18:30hs.





Composição da Mesa Diretora:

Benedito Evandro Francisco de Souza
Secretário Adjunto de Planejamento e
Controle Orçamentário

Yara Regina Coutinho de Almeida Prado
Subsecretária de Planejamento e Controle Orçamentário

Cristiano de Mola
Secretário de Finanças

Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, com início às 18:30, nas dependências do auditório Jornalista Roberto Marinho, na rua José Borges Neto 50, Nova Mirim, Praia Grande- SP, deu-





se início à Audiência para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025, LDO/2025.

Abertura:

Cerimonialista:

LDO 2025, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, A LDO 2025. Convidamos ao palco, para a formação da mesa:

Sr. Cristiano, de Mola, Secretário de Finanças de Praia Grande.

Sra. Yara Regina Coutinho de Almeida Prado, Subsecretária de Planejamento e Controle Orçamentário; e

Sr. Benedito Evandro Francisco de Souza, Subsecretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Controle Orçamentário.

Queremos registrar e agradecer a presença do Sr. Adriano Lopes, o Pixoxó, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Praia Grande.

Um agradecimento também a todos os secretários e representantes da sociedade civil e comunidade presentes. Formada a mesa para o início dos trabalhos, passamos a palavra ao Sr. Secretário de Finanças do município, Cristiano de Mola.

Secretário de Finanças, Sr. Cristiano de Mola:

Muito boa noite a todos presentes.

Boa noite a quem nos acompanha também pelo Instagram da Prefeitura de Praia Grande. Dizer que é muito satisfatório ver esse auditório cheio. A participação popular é fundamental na elaboração do orçamento municipal. Estamos dando início ao processo já desde fevereiro, mexendo com a parte técnica da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que a lei, como o próprio nome diz, ela vai apenas dar as diretrizes para elaborar a lei orçamentária anual. Ou seja, ela trata mais de aspectos técnicos e jurídicos do que necessariamente valores. O valor a gente vai conhecer quando fizermos a LOA em setembro.

Aí sim, o recurso, e a previsão orçamentária vai ser distribuído por secretaria municipal, por programa do governo, por ação, e aí até as minúcias de cada orçamento. Porém, já nesse período, a gente abre. Já





inauguramos o canal de participação popular, a Yara vai falar aqui durante a apresentação, que já é para coletar as propostas, a participação efetiva da população para elaboração do orçamento municipal. Então, são cerca de 100 dias o canal disponibilizado, desde o dia 17, agora de abril, ele vai até o dia 27 de julho, para que após a coleta, até durante, na verdade, a coleta dessas consultas, cada secretaria competente possa se manifestar acerca da viabilidade daquela proposta, tecnicamente é possível, juridicamente não tem nenhum impeditivo, e, obviamente, a questão orçamentária e financeira que vai determinar se é possível ou não fazer parte do orçamento municipal, até porque é sabido por todos que há limite de orçamento, nem tudo que se precisa e pretende fazer é possível.

Temos que nos limitar à nossa capacidade orçamentária e financeira dentro da prerrogativa da administração de determinadas prioridades do seu governo. Bom, a Yara vai passar para vocês como é que funciona o processo de confecção do orçamento, as etapas que a gente já passou e que vamos passar, vai falar também da participação popular, que é muito importante, e, ao final, a gente se coloca à disposição para dirimir alguma dúvida, e até também a população pode propor aqui, durante a audiência, e também pelo canal que já foi inaugurado, como falei. Obrigado.

Subsecretária de Planejamento e Controle Orçamentário, Sra. Yara Regina Coutinho Almeida Prado:

Boa noite a todos os presentes, aqueles que nos acompanham também pelo Instagram da Prefeitura. Com essa audiência, agora, nós damos mais um passo na elaboração do orçamento de 2025. Então, assim como o Mola já falou, nós já iniciamos esse processo, todas as secretarias envolvidas já no processo, eles cuidadosamente já fizeram a previsão das receitas, esse foi o primeiro passo.

Então, cada secretaria na sua área, com as informações que tem de censo, por exemplo, informações da economia, então, cada um já levantou na sua área o que tem de previsão de receita. Então, já começou esse processo. E a LDO é um planejamento, agora, que nós vamos estabelecer algumas prioridades e metas para elaborar a LOA 2025.

Como o Mola falou, é uma peça muito técnica mesmo. Então, assim, nós tentamos ao máximo deixar de forma mais clara e mais didática possível. Então, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um planejamento de curto prazo,





tem como fundamento o estabelecimento das prioridades e metas para o exercício seguinte.

E diretrizes para que nós possamos elaborar a lei orçamentária. Então, nós colocamos aqui a previsão legal. Qual o motivo de fazer a Lei de Diretrizes Orçamentárias? Então, é Constituição Federal e a Lei de Complementar 101, que regulamenta, lá estão as regras para a elaboração da lei. E também está prevista na nossa Lei Orgânica Municipal a obrigação de apresentar essa lei. Aqui nós colocamos o que vai ser tratado na LDO para tentar elucidar o que compõe essa lei.

Então, o principal de toda a peça do orçamento é manter o equilíbrio entre receita e despesa. Como o Secretário de Finanças já bem falou, e todos nós sabemos, a receita sempre é limitada. As demandas são enormes, são muitas, ainda mais no município que cresce. Como cresce o município de Praia Grande.

Então, o primeiro passo, a primeira coisa que nós devemos observar é o equilíbrio entre receita e despesa. Também é previsto na LDO a necessidade de elaborar a programação financeira.

Temos também regras para controle de despesa com pessoal, para atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está prevista nos artigos 20 e 22. Tem também a forma de limitação de empenho, que também deve estar previsto em casos em que estiver uma dificuldade na arrecadação da receita. Nós colocamos um dispositivo na LDO previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que o município, o Poder Executivo, tenha a obrigação de limitar empenho.

Há também a previsão na LDO de anexo de metas fiscais, onde estará prevista todas as receitas, as despesas, as novas despesas que o município, que vem ocorrendo no município, que a gente vai falar mais para frente também. Regras para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas, Anexo de riscos fiscais e novos projetos, também devem constar na LDO. E reserva de contingência para algum passivo que a Prefeitura, o município, de repente uma causa na Justiça, se tiver a previsão de algum risco fiscal, tem também que constar na LDO. Nós pegamos alguns itens de cada um desses pontos que foram levantados.

Então, um deles é fazer a previsão das receitas, então, a LDO é a previsão para 2025. Entretanto, nós temos que apresentar o exercício 25 e mais dois.

Então, por isso que nós colocamos aí as metas anuais de receita. Então, o total das receitas para 2025, R\$ 2.378.208.935,00. E aí a separação detalhada no que seria impostos e taxas, receitas de contribuição,





patrimonial, receitas de serviços, transferências da União-Estado, total de outras instituições públicas, outras receitas correntes, receitas de capital e as deduções.

Para o exercício de 2026, a nossa previsão é de R\$ 2.528.996.101,00. E para o exercício de 2027, R\$ 2.642.389.411,00, então, esse é o primeiro passo que eu comentei no começo da apresentação.

Todas as secretarias já fizeram os estudos juntamente com a SEFIN e chegou essa previsão de receita. Outro item que também consta na meta é a meta da despesa também, que está em equilíbrio com a tela inicial que é da receita. Então, dos R\$ 2.378.208.935,00 que nós fizemos a previsão de arrecadação, R\$ 1.195.691.554,00 é a previsão de despesas para o exercício de 2025 pessoal e encargos.

Fora pessoal e encargos, nós dividimos só em três itens. Pessoal, dívida, R\$ 194.727.514,00 e outras despesas, que é para o custeio do município. Então, 2026, o total de despesa, R\$ 2.528.996.101,00, também em equilíbrio com a receita de 2026 e a despesa de 2027, R\$ 2.642.339.411,00, também em equilíbrio.

O próximo item é despesas com pessoal, nós colocamos aí de 2023 até 2027. Qual é a receita corrente, então, 2023 é receita apurada, certo? 2024 a 2027 é a receita prevista.

Existe um comunicado tribunal de contas em que ele estabelece um limite prudencial de 48,60% da receita corrente líquida para ser utilizada com pessoal. Esse é o limite do município. Então, 2023, então, a receita líquida, a receita corrente líquida ajustada, R\$ 2.074.712.254,97. Então, o nosso limite por essa receita, nós poderíamos gastar com folha de pagamento R\$ 1.008.310.155,91. E como foi 2023, já um índice apurado, um valor apurado, o município gastou R\$ 1.003.902.714,41.

Então, o município, no ano de 2023, aplicou 48,38% na folha de pagamento. E depois nós fizemos a simulação de 2024 a 2027. Para 2024, a previsão é aplicar 49,61%, para 2025, 49,41%, 2026, 48,07%, e 2027, 47,60%.

Então, a folha vem aumentando e o índice aparentemente está baixando aqui por conta da receita corrente líquida. Outro assunto também que deve constar na LDO é o crescimento das despesas, quais são as novas despesas que vão ser incorporadas no orçamento:

Construção de nova Usada Aviação, incluindo serviço de atendimento domiciliar centro de atenção à saúde da mulher e academia de saúde,





a previsão de entrega desse equipamento é novembro de 2025, então, está um custo somente de dois meses, R\$ 268.572,00.

Construção do novo prédio para hemodiálise, Nefro PG, a previsão de entrega é novembro, então, aí também está o custo para dois meses, R\$ 497.490,00.

Ampliação da escola municipal, Ronaldo Sérgio Lameira, previsão de entrega, fevereiro do ano que vem, então, o custo está de fevereiro a dezembro, R\$ 2.182.490,00, esse custo é de funcionamento da unidade escolar, não é construção, é folha de pagamento, é material escolar, é alimentação, então, esse custo aqui é funcionamento, não é obra.

O equipamento público que vai ser entregue também, outro equipamento, construção de unidade infantil do bairro Melvi, vai crescer nas despesas obrigatórias de caráter continuado, ou seja, folha de pagamento, materiais e serviços para manter a escola de abril a dezembro, R\$ 4.144.991,00.

Construção de educação infantil no bairro real, vai ser entregue em maio de 2025, o funcionamento da unidade, R\$ 4.364.920,00, então, a construção vai gerar uma despesa obrigatória de caráter continuado, pois na LDO, nós temos que colocar o custo de funcionamento, aí eu estou colocando aqui, essa construção que vai ser entregue em maio vai gerar esse custo, não custo da construção, e sim da despesa obrigatória de caráter continuado, então, não é o custo de construção, é o do funcionamento.

Casa do artesanato no bairro Solemar, a previsão de entregar é novembro de 2025, e o custo de funcionamento também, a mesma coisa, folha de pagamento, serviço que estiver lá dentro, R\$ 210.366,00.

O total para funcionar esses equipamentos, com servidores, equipamentos, serviços, manutenção de prédio, R\$ 11.668.829,00, no exercício 2025.

Outro assunto que começou também alguns dias atrás é a participação popular. O endereço é na página da prefeitura, www.prefeitura.sp.gov.br/loa25. Entrando nesse endereço, no lado esquerdo tem como participar, ali diz o que é a lei orçamentária, clicando no como participar vai abrir a tela para escolher e ver quais são as áreas, a





pessoa entra com o nome, com seus dados, faz a proposta e envia a participação. Como eu havia dito, já começou alguns dias atrás, dia 17 de abril, vai até o dia 27 de julho, e no dia 30 de setembro, o município tem o prazo para entregar a lei orçamentária na Câmara Municipal, então nós vamos estar recebendo essas propostas, encaminhando para secretarias, para que seja verificada a viabilidade de incluir na lei orçamentária.

Entregue no dia 30 de setembro, então mais uma vez ali, com uma letra maior, o endereço para acessar o caminho e fazer a proposta. É isso. Estamos à disposição agora para as dúvidas.

Cerimonialista:

Quem for fazer uso da palavra, entregar alguma sugestão para o orçamento, vem até o microfone e terá três minutos. Se identifique com seu nome e qual entidade você representa.

Participante 1:

Boa noite a todos. Boa noite, secretário. Boa noite, mesa. Eu gostaria de rapidinho fazer uma colocação aqui, algumas colocações. Principalmente a questão da demanda do gasto com o pessoal. Gostaria que vocês não esquecessem dos aposentados e pensionistas. Para depois, lá na frente, não falarem que não foi provisionado, que isso, aquilo e o outro. Enfim, é proibido pela demanda da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que colocou como inconstitucional. Mas a gente tem muitos outros municípios no país que já reativaram essa bênção, né, gente? Para aqueles que tanto deram nas suas vidas, né, gente? Então, mais uma vez, eu peço ao secretário Mola, que tinha prometido para a gente, na outra audiência, que a prefeita tinha falado que era para estar fazendo o estudo. Já vai para três meses, né, gente? Enfim, outra questão, gente, que eu estou aqui... pode ter uma dúvida na minha cabeça, uma dúvida tremenda, né? Vocês falam de construção de prédio, tal, tal, educação infantil, nossa, é bastante nobre, né? O município está preocupado com a educação infantil, com a fundamental construção de novos prédios, né? E fala também que, para o engajamento do custo dos encaminhamentos do uso anual dessas





unidades, vai ter um custo de X, né? Aí eu pergunto ao secretário Mola, essa transferência do Fundeb, ela não estaria inserida dentro dessa organização de vocês aí? Ou não teria que ser separada para o pessoal? X valores, assim, não me engano, acho que é 70% para o gasto com o pessoal, não é isso? Pessoal, profissionais da educação. E para a questão de outras, né? Construção, imóvel, esse negócio. Outros valores. Então, acho que não tinha que ser misturado, não é isso? Ou vocês estão levando tudo num bojo só?

Cerimonialista:

Trinta segundos.

Continuação do participante 1:

Sim. É muito pouco, né, gente? Três minutos.

É, exatamente. Então, quer dizer, gente, o que a gente precisa aqui que o município se atenha? Sobre a questão da responsabilidade com a obrigatoriedade de empregar a transferência do Fundeb, principalmente aos profissionais da educação. Onde eu acho que a prefeitura está pecando, está cometendo crime.

Principalmente com a falta de concurso público para a gestão. Diretor, coordenador e supervisor. Fora os outros concursos que terem que ser feitos para se atuar na educação.

Conclua, por favor. É lei. É lei.

Então, por favor, vocês comecem a estar verificando essa questão com essas leis federais. Muito obrigado. Desculpa alongar.

Cerimonialista:

Próxima manifestação. Por favor, o nome, o bairro ou a entidade que representa. Três minutos.





Participante 2:

Boa noite. Me chamo Pedro. Eu sou funcionário da SEDUC, trabalho em escola.

Eu tenho algumas perguntas e queria que o secretário pontuasse para ficar mais claro. Primeiro ponto, o limite prudencial pelo TCE é 48%, o limite constitucional é maior que esse, não estava pontuado, eu queria que você pontuasse para o pessoal.

Segunda coisa, as construções serão em terrenos próprios ou terrenos alugados? Tem mais, calma.

Terceiro ponto, os atuais espaços públicos que são alugados, existem uma previsão, seguindo o poder do império da prefeitura, de desapropriar esses espaços para deixar de pagar aluguel, esse é um ponto que eu queria que fosse esclarecido.

Quarto ponto, está já na previsão para colocar o vale-refeição para todos os funcionários, o vale-alimentação para todos os funcionários?

Outro ponto, está acompanhando o raciocínio? Outro ponto, não, só para... São muitos pontos, gente.

Espera aí. Só para... já vem a placa de um minuto aqui. Espera aí que eu também tenho um bocado de ponto aqui.

Pensa que é um podcast. É o quinto ponto, agora eu me perdi.

Quinto ponto, já vai entrar na previsão orçamentária o enquadramento das professoras da Creche, que são as atendentes do EDIJ. Vão fazer eu me perder.

Cerimonialista:

Um minuto.

Continuação do participante 2:





Viu? Chegou a plaquinha. Textão. Outra coisa que eu queria que fosse apresentada a estimativa de PIB, a divisão certinha do consumo, investimento, gasto do governo, toda essa estimativa. Coloca-se uns gráficos, deixa-se mais visual para o pessoal entender como que arrecada e como que gasta, de início são esses pontos.

Cerimonialista:

Obrigado.

Próxima manifestação. Nome, bairro ou onde representa.

Participante 3:

Boa noite. Meu nome é Sérgio. Bairro Tupi, Secretaria de Educação.

O primeiro ponto que eu gostaria de passar para vocês diz respeito ao plano de carreira do magistério, à progressão funcional dos professores adjuntos para P1, que segundo hoje, recentemente, todos os discursos sempre recaem no item. Não tem como progredir mais do que certa quantidade, seis por ano, ou dez, talvez.

Por quê? Não há recursos. Tesouro Municipal, 25% para Educação. Fundeb, até tremo, até tremo.

Sabe por quê? Eu não sei se vocês da mesa têm conhecimento do relatório SIOPE que vocês preenchem para o FNDE, onde mostra os gastos feitos com os profissionais da educação. Os números não correspondem. Tá? Só gostaria de fazer esses parênteses.

Observem bem esse relatório. Vejam quanto ganha um nível, quanto ganha outro. Eu, por exemplo, o meu salário está 1 como base, e quando fecho o relatório, está dizendo que é 15. Onde estão os 10? Onde estão os meus 10 mil reais? Eu preciso deles. Agora, pessoas, queridos, prestem bem atenção no que eu vou falar. Isso porque eu olhei o meu e fiquei assim. Quando eu decidi buscar por ordem alfabética algumas pessoas, eu disse que, eu vi que num ano de 93, uma pessoa ganha 12. Em 2023, em 2024, ela ganha





quase 60. E nós tivemos que fazer um movimento para 3.93%, para requerer perda salarial e para a justiça, vou concluir.

Progressão! Chefe Mola, progressão! Que seja reservada verba para que os profissionais adjuntos consigam progredir, fazer jus aos seus sonhos, ideais, projetos, de vida.

Está? Pensem bem nisso. Minha amiga Carol Roland vai falar um pouco sobre equiparação salarial. E, por favor, se houver algum chefe da Secretaria de Educação por aqui, eu peço que repensem, revejam e invertam os papéis para sentirem como funciona a coisa, porque estão nos números.

Cerimonialista:

Muito obrigado. Por gentileza, nome, bairro. Boa noite.

Participante 4:

Meu nome é Giovana, sou agente comunitária de saúde da Usada Tude Bastos. E eu queria reiterar a fala do meu colega, agora, sobre a questão de dar mais transparência aos dados. Eu acho que ia ser legal um gráfico que mostrasse a porcentagem de gasto com o servidor, mas dentre eles que distinguisse quais são os estatutários, quais são os comissionados, quantas pessoas são contempladas com a quantidade de dinheiro.

Seria mais elucidativo. Fora isso, ele fez uma denúncia de algumas discrepâncias, né, talvez, pelos canais de portal da transparência e tudo. Isso acontece mesmo, gente.

No CNES, que é o cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde, eu já fiz esse trabalho de conferência. E eu lá tenho uma agente comunitária que há mais de 10 anos não trabalha mais lá no postinho, mas ela está no portal nacional, não está no municipal. É realmente estranho para a gente conferir essas coisas, encontrar essas discrepâncias. Fora isso, fazem dois anos que as agentes comunitárias levaram a demanda para o secretário de saúde, Cleber, sobre a nossa gratificação da estratégia de saúde da família. E eu lá tenho uma agente comunitária que há mais de 10 anos não trabalha mais





lá no postinho, mas ela está no portal nacional, não está no municipal. É realmente estranho para a gente conferir essas coisas, encontrar essas discrepâncias. Fora isso, fazem dois anos que as agentes comunitárias levaram a demanda para o secretário de saúde, Cleber, sobre a nossa gratificação da estratégia de saúde da família.

Naquela época, a nossa categoria ainda nem era legalmente prevista como profissional da saúde, mas desde o ano passado já é. E assim, não tem nenhum motivo pelo qual a gente desempenhe o trabalho de estratégia da família, seja a parte obrigatória, integrante da equipe, e não esteja recebendo essa gratificação. Houve uma audiência pública que o secretário chegou a dizer que a nossa lei estava pronta, que os estudos estavam prontos, que era mais uma questão de oficializar. E até agora a gente está esperando. Está acabando o mandato dessa gestão, a gente não viu nada. Vai ter previsão na LDO, pelo menos, para a gente ter esperança com a gestão que virá. A impressão que a gente que mora aqui na cidade tem é que é uma gestão que melhora a cidade, investe muito em melhoramento de infraestrutura lá da praia, para atrair turista, levantar arrecadação. E essa arrecadação serve para voltar para contratos com empresas privadas e mandar esse dinheiro embora de novo. E a gente fica aqui só servindo mesmo. E aí, para encerrar, o que eu entendi.... Quando a porcentagem de gasto com o servidor vai diminuindo, a senhora até esclareceu que era porque a arrecadação talvez estivesse aumentando, então o percentual. Mas então vocês pretendem aumentar a arrecadação e continuar desvalorizando o servidor pelos próximos quatro anos? É isso que dá a entender. Boa noite, obrigada gente.

Participante 5:

Boa noite a todos.

Tadeu Josino de Praia Grande, moro ali na Tupi. Eu sei que vocês são servidores de Praia Grande. Eu gostaria que os outros secretários sentassem aqui na mesa. Ninguém vai xingar ninguém não. Aqui é tudo respeito, educação. Mas eu queria saber o seguinte. O papel é lindo, maravilhoso. Agora, dois bilhões? Gente, é grana, né? É muita grana. Eu só gostaria de saber quantas unidades de saúde, unidade de educação, vocês não colocaram no papel que a prefeitura paga de aluguel, gente? Quanto de aluguel é desviado do dinheiro de servidores que pagam





aqui é pagado para as pessoas, entre aspas, que a gente sabe em... Não vou nem discutir aqui que não vem no mérito, né? Mas vamos direto ao assunto. O dinheiro, hoje, quanto que se gasta? Porque eu sei que eu fiz parte do Conselho Municipal de Saúde e cada secretaria que existe no município tem verba carimbada.

Só que quando vocês fazem uma amplitude assim, eu queria saber quanto que vem especificamente para a educação e quanto que a prefeitura paga na educação. Vou dar um exemplo. A minha amiga falou agora. É...DST AIDS, do governo federal, manda tanto. Agentes comunitários, agentes da Dengue. Só que a gente vê que, no amplo, é tudo dentro da finança e, na verdade, nada disso é apresentado, não é pagado. Tem tantas discussões todinhas. Hoje, a gente vê que os professores e um monte de funcionários aqui que, na verdade, existe a lei, mas não está sendo cumprida. Não é o que eu estou falando. É a realidade que está apresentando. Está entendendo? Então, eu gostaria de saber, vamos dar exemplo hoje. Quanto que a prefeitura paga uma empresa de transporte aqui na Praia Grande e quanto que ela isenta de imposto sobre serviço? É um dinheiro que podia voltar para pagar. Vocês estão cobrindo a lei orçamentária que tem um valor específico que tem para pagar os servidores. Não digo a nível ampliado, porque vocês estão colocando um nível ampliado. Eu estou colocando a nível de cada secretaria. Sabe? Porque quando a gente chega aqui, eu sei que vocês têm que dar 6% para a Câmara de Vereadores. Não sei se é esse valor.

Gostaria de corrigir. Quanto que a prefeitura, hoje, joga em cima do que é arrecada para a Câmara de Vereadores? Gostaria de saber. Para ver quantos que os vereadores recebem em cima de nossa população.

Você está entendendo? São esses valores que a gente gostaria que vocês ampliassem para colocar. Porque, na verdade, quando você joga, você só tem 4% para dar de aumento para os servidores. Parece que nós somos o pior da Praia Grande. Nós não temos valor, entendeu? Só para finalizar.

Então, eu gostaria de saber o seguinte: Que isso seja colocado bem claro. Não do jeito que vocês estão colocando, que tem que gastar tanto, que parece que nós somos o que está dando prejuízo para a Praia Grande. E, só para finalizar, uma proposta, que, a partir de 2025, é uma lei de diretriz orçamentária, é uma proposta! Todas as unidades de saúde, todas as unidades de escola, prefeitura compra e não pague mais aluguel.

É isso.





Participante 6:

Alô. Boa noite.

Meu nome é Érica. Eu sou técnica pedagógica desportiva de ginástica artística. Esse é o nome do meu cargo. E, no ano passado, nós, com luta junto ao sindicato, nós conseguimos rever o nosso plano de carreira. Que foi esquecido quando a lei foi revogada, quando as atendentes de educação se tornaram EDIJ.

Revogaram a lei e esqueceram que tinha os TPDs juntos na mesma lei. E nós ficamos descobertos por um bom tempo sem a lei.

E, no ano passado, nós conseguimos rever essa lei com muita luta. Não foi fácil. Foram várias reuniões, várias conversas...

E a LDO do ano passado, ela já previu o nosso plano de carreira para esse ano. Porém, ele ainda não foi colocado em voga. Ninguém recebeu ainda.

E nós não temos uma resposta para esse recebimento. Então, está faltando a nossa resposta. Ninguém sabe da resposta.

Outra coisa que apareceu, e é um questionamento, sobre o novo centro de hemodiálise. É um novo centro? É mais um centro? Ou vai desativar o outro centro? Certo? Porque esse centro que já existe, que ele é disfuncional, é sabido de todo mundo aqui, que ele é disfuncional, ele vai ser melhorado e vai abrir outro para dar mais suporte à população, ou ele vai ser fechado, tudo que está lá dentro vai se tornar sucata, para abrir um novo. Dinheiro público jogado no lixo? Faço minhas as palavras dos colegas sobre a educação. Inclusive sobre chefia. É concurso, tem que ter concurso para chefia. É lei.

Isso está na lei, já tinha que ter concurso, ter tido concurso este ano. Cidades do interior estão tendo concursos públicos para gestão, direção, supervisão e assistente técnico. Cidade vizinha já teve concurso, Peruíbe, na Praia Grande, ainda não teve.

Por quê? Porque será que um diretor, que é um professor, que está diretor, ganha 16 mil reais e está na transparência como professor, não está mais como diretor depois que entrou a lei?





Cerimonialista:

Trinta segundos.

Continuação do participante 6:

Então são questionamentos. Outra coisa, isso eu sei que já aconteceu na educação, eu já fui da educação, não sou mais da educação.

E é uma questão de custo-benefício. E isso acontece também no meu setor, eu esqueci de falar. Eu trabalho nos PICs e CAFs.

Trabalho com atividade física para a população de todas as idades. É simplesmente insuportável dar aula com dois, três ventiladores funcionando, parecendo helicópteros, que faz mais barulho do que funciona, e a nossa garganta dando aula vai para o saco, porque, desculpem a vulgaridade da palavra, mas é essa a nossa realidade. Então é um dinheiro jogado no lixo, consertar ventilador, do que implantar um novo programa, se assim eu posso dizer, de ar-condicionado com os novos equipamentos que nós temos hoje.

Com um ar-condicionado, ele não vai gastar o tanto que três ventiladores gastam. Então há de se pensar nisso também, no conforto da população que mora na cidade, e não somente no turista, gastando 740 mil em cada banheiro, sendo 18 banheiros.

Participante 7:

Boa noite. O meu nome é Fábia. Eu trabalho na Usada Real, residente no bairro da Vila Caiçara. E vim aqui representando a enfermagem, e eu gostaria muito de passar para os senhores a nossa necessidade de valorização dos auxiliares de enfermagem.

Nós estamos hoje nas Usafas, estamos no pronto-socorro, estamos nas clínicas, CER, CEAS, CRATH, enfim. E nós fazemos várias atividades, dentro delas algumas que competem a técnicos de enfermagem. Nós somos





concursados como auxiliares, mas no meio de nossas rotinas existem procedimentos que são técnicos de enfermagem.

Assim como rotinas também, até mesmo administrativas, onde nós executamos o nosso dia a dia. Temos também no pronto-socorro, Quietude, onde tem técnicos e tem auxiliares que executam juntos os mesmos procedimentos. Então gostaríamos que fosse visto a nossa valorização, e que de repente nós possamos, mesmo estando trabalhando no mesmo setor, executando os mesmos trabalhos, a equiparação salarial.

Visto que na Usada não tem como não existir esses procedimentos que cabem aos técnicos, e lá só existem auxiliares. No pronto-socorro, o paciente chega num estado de emergência, muitas vezes não na sala de emergência, mas todos estão doentes e tal. Então, aquele paciente ali é procedimento de técnico, cadê o técnico? Só tem auxiliar, espera aí que só tem auxiliar.

E o paciente não tem como esperar. O auxiliar atende aquele paciente. É uma queimadura, um curativo de mais complexidade do que compete ao auxiliar fazer.

Até porque a grande maioria, creio eu, aqui do nosso município, de auxiliares, eles têm a graduação de técnico. Para fazer o curso de auxiliar, nós fazemos o curso de técnico. O primeiro ano é auxiliar de enfermagem, o segundo ano, complementação para técnico.

Então, prestamos o concurso para auxiliar, mas nós sabemos fazer, sim, o trabalho de técnico de enfermagem, porque nós somos graduados para isso. Hoje, o salário base de um técnico de enfermagem está em 3.574,00. O de auxiliar está em 2.716,00.

Com a conquista dos agentes comunitários, que foi tremendo, parabéns, inclusive vocês nos inspiraram a fazermos e estarmos aqui na nossa luta, o salário deles foram para 2.934,98. Onde um agente comunitário que tem suma importância na estratégia de saúde da família, não tem a vida do paciente em suas mãos e ganha mais do que um auxiliar de enfermagem.

Outra coisa, é muito importante o trabalho de um agente comunitário.





Isso aí é fato. São nossos olhos e nada chega lá dentro sem eles lá fora. Mas nós estamos ali sujeitos a, de repente, ter um acidente de trabalho, nos contaminar, enfim, nós estamos lidando com a vida do paciente, ele está em nossas mãos.

Gratificação. Hoje nós temos a gratificação onde existe uma discrepância na estratégia de saúde da família. Um auxiliar odontológico ele recebe 40% do seu salário de estratégia.

Um auxiliar de enfermagem, 22,51%. O enfermeiro 90,23%, o médico 234,71%. Então nós gostaríamos de saber qual a possibilidade da nossa margem de auxiliar de enfermagem, que tudo que entra numa usafa, foi recepcionado, passa nas nossas mãos. Todos os atendimentos passam nas mãos dos auxiliares de enfermagem. Gostaríamos de saber qual a possibilidade da nossa margem de 22,51% seja elevada.

Inclusive que seja estendida aos nossos colegas no hospital que os enfermeiros, médicos recebem a Lei 822/19 baseada nesta porcentagem, médicos e enfermeiros recebem e os nossos colegas auxiliares e técnicos do pronto socorro não recebem. Ficaram fora desta lei. Gostaríamos de saber a possibilidade deste aumento e desta extensão em isonomia para os nossos colegas.

Participante 8:

Boa noite. Eu sou a professora Carol Bairro Caiçara e eu venho aqui para completar a fala do meu colega Sérgio e pedir para que vocês coloquem como proposta a equiparação salarial dos professores da nossa rede.

Nós temos diversos cargos com salários diferentes de todas as regiões somente na Praia Grande um P3, um P4 um P1, um adjunto ganha diferente. E vou além. A nossa proposta de educação é baseada na BNCC, onde começa de zero até toda o desenvolvimento da criança se formada em ensino fundamental.

Então, que os atendentes sejam colocados como professores e sejam respeitados como tal. Nós pedimos que essa proposta seja colocada porque somos todos professores e se a gente defende um documento que a criança





a primeira infância é tão importante é preciso rever não é? Outra coisa muito importante para a gente falar é se tem dentro desse orçamento a manutenção dos equipamentos estamos trabalhando em escolas sucateadas, escolas quebradas, com catracas paradas com equipamentos de informática sem manutenção lousas digitais quebradas impedindo que nós possamos fazer o que rege o documento federal as aulas de tecnologia não acontecem por falta de formação ao professor porque a formação é destinada sempre aos cargos comissionados e quando chega na gente já chega muito fragmentada. Então, outro ponto é importante ressaltar que o dinheiro que é destinado a formação do professor seja aplicada diretamente na base desde a primeira infância aos professores e não a formação que não atua com alunos isso é muito importante porque quem está na frente da sala de aulas somos nós, quem precisa de formação somos nós e quando se forma uma equipe de ATPs, muitas vezes um professor estão recebendo formação de alfabetização e aí ele é um professor de história, muito mais nós professores ensinamos sobre alfabetização para ele do que ele pode nos informar.

Não que ele não seja capaz disso, é porque é muito distante da realidade dele e acaba jogando o dinheiro para fora jogando o dinheiro no lixo, então que seja estudada essa formação, o dinheiro para a formação do professor é aplicado para o professor tá certo? Nós temos o melhor em IDEB da Baixada Santista e somos os professores menos valorizados financeiramente nós tivemos o salário próximo às outras prefeituras há muitos anos atrás e aí estamos ficando cada vez mais defasados, então eu peço por sua gentileza que isso seja levado em consideração e que essa equiparação salarial aconteça de uma vez por todas, obrigada.

Participante 9:

Boa noite a todos, me chamo Márcia Valéria, sou enfermeira há 35 anos vim aqui falar do meu bairro e dos profissionais de saúde, eu queria que vocês pudessem colocar aí no projeto de vocês, no orçamento, a unidade do lado morro, do Solemar, porque ali a gente não tem passagem de nível, são inúmeras as pessoas que morrem atropeladas, idosos que tem dificuldade de passar aquela passarela, um cadeirante, o ônibus que é o ônibus 15 é o único ônibus que se passa ali de hora em hora quando dá





duas horas, então, eu queria que vocês tivessem o coração pra esse lado, a humanização, porque eles estão ilhados e precisam de atendimento, então, se puderem colocar uma usafa do lado de lá eu ficaria bastante feliz, outra coisa que eu queria falar aqui pra vocês também ampliação da cobertura dos agentes comunitários eles são muito importantes, na minha unidade eu tenho um agente comunitário, que hoje essa semana ele foi tirado de lá por um vereador que pediu que ele fosse fazer uma cobertura de uns jogos e eu estou sem agente comunitário nenhum, aí é complicado e assim, sem a minha autonomia, Usada Solemar, Hugo Ribeiro! Isso é muito complicado porque quando a gente vem aqui e briga pra que a enfermagem tenha 30 horas, é difícil a gente vê que a educação já chegou o psicólogo, o psicólogo já chegou mas a enfermagem tá doente porque ela acaba, cada atendimento dela ela vê um psicólogo, ela vê um assistente social e ela tá doente ficamos aí nessa questão do covid não tivemos para onde correr, ficamos a linha de frente ficou de ver uma gratificação só foi paga 4 meses e o resto desse dinheiro? sabemos que os outros municípios pagaram então eu queria um olhar diferenciado pra enfermagem porque ela está doente então, eu acho que essa questão da lei orçamental já tá aí faz algum tempo e a enfermagem vem pra 30 horas e parece que caiu dentro do rio e se fechou e se perdeu precisamos resgatar essa situação, outra coisa aí as pessoas investem muito nessa questão da tecnologia a redução de filas que continuam grandes e às vezes é tão falho que às vezes marcam uma consulta pro paciente em um lugar e no outro lugar ao mesmo horário, ele não consegue estar nos outros lugares ao mesmo tempo, então acho que essa questão da tecnologia aí tem que estar sendo um pouco mais avançada mais vista e eu acho que é isso acho que todo mundo que é aqui é mais humanização pra cada uma categoria, fiquei muito feliz com o Pixoxó nessa luta que fez a gente acordar e agora a gente tem falta abonada pra todo mundo porque é inadmissível você ter um prefeito que ele escolhe que categoria ele vai ajudar e a outra não somos todos iguais, somos todos servidores públicos e precisamos de valorização, é isso!

Participante 10:

Boa noite, meu nome é Alcides sou agente de combate a endemias, então, justamente com as acessas em evidência de todos os servidores eu comungo de tudo que já foi dito aqui e em especial a falta, por exemplo,





particularmente de agentes no nosso trabalho, foi lançado um concurso que foi chamado um Agente de Saúde e eu espero que, sinceramente, que isso seja diferente, que venham mais agentes, haja visto estamos vivendo aí uma epidemia atípica, né, porque até países vizinhos que não tinham esse problema, está tendo na Argentina e tudo mais aí e a coisa está bem complexa o que a gente pode fazer, nós estamos fazendo, evidente e quando a gente se vê obrigado a fazer greve a fazer manifestação pra ter o mínimo de reconhecimento de tudo, fica bem complexo mesmo dentro do que a minha amiga já falou a CS Giovanna a gente também gostaria de fazer parte do plano de estratégia de saúde da família porque nós estamos na ponta também e já foi realmente colocado até pela prefeita, uma oportunidade que nós estaremos juntos nisso aí também e é importante salientar que tudo, tudo que é feito pelos servidores, eu tenho certeza é mais importante que investir em turismo, investir para população geral só pra quem vem de fora então tem um olhar diferente pra todos nós aí, porque brigar pra mudar desde 1993 e que não mudou teve que ser judicializado e em especial os aposentados gente, os aposentados, eles estão assim, totalmente esquecidos, é impressionante como a gente precisa estar brigando e lembrando isso o tempo todo, nós seremos todos aposentados futuramente, a gente tem que pensar nisso é necessário que a gente tenha essa valorização, agora uma a prefeita fez N promessas em especial dentro disso e não cumpriu, tá bom, a gente vai esperar agora o próximo prefeito, porque agora tem o ano eleitoral, nossa, como se basearam eles no ano eleitoral nossa senhora, não pode nada tá bom os comissionados, a velha história de sempre não afeta nada, o comissionado ganha muitíssimo bem e não tem problema de verba nem nada agora para os funcionários públicos concursados a coisa é bem complicada tá bom pessoal, é isso que eu tenho pra dizer boa noite.

Participante 11:

Boa noite, eu sou a professora Daniela Sobral, sou da SEDUC e eu queria saber sobre questão orçamentária na questão dos materiais dentro da escola como professora falando um exemplo: sulfite não tem e aí eu acho engraçado porque muitas das vezes eu já escutei até na capacitação do início do ano da secretária falando que as escolas da Praia Grande são muito equipadas, ponto parou aí, porque as escolas da praia grande elas são





prédios azulejados com carteiras e mais nada, porque se eu se eu preciso imprimir uma prova trimestral eu tenho que tirar do meu bolso, se eu preciso de cola porque a cola que vem no material escolar deles não cola nada, eu preciso tirar do meu bolso se eu tenho aluno de inclusão, porque eu tenho eu tenho três em uma sala e dois em outra, Daniela você tem que trabalhar você tem que trabalhar diferenciado mas cadê os materiais pedagógicos só tem material dourado de madeira de "trocentos" anos atrás e mais nada, material pedagógico não tem, eu preciso comprar o material, aí eu tenho que comprar plástico, plastificadora tinta pra impressora, papel, sulfite, cola, tesoura, porque a tesoura que veio no material esse ano é ótima pra massinha pra mais nada ela é boa a mochila veio arrebitada, e eu queria saber se na LDO entra verba pra dentro da escola, porque sulfite na minha escola a gente ganha dois pacotes por trimestre eu gasto um pacote por mês, e se eu racionar porque assim tem o livro, só que muitas vezes o livro não está adequado à faixa que a criança está, não tem livro pra todos os alunos, recebi um livro tenho 20 alunos e 13 livros, faço o que? Porque aí a criança vai chegar em casa falando que ela escreveu no livro e aí, ah, dividi tira xerox, com que sulfite? Com a minha com a minha tinta, então assim eu queria saber onde estão os materiais pra dentro da escola, porque eu já acho cúmulo eu já acho cúmulo eu passar o dia inteiro na escola porque eu tenho dois registros graças a Deus ou não, às vezes eu penso também eu tenho dois registros e eu chego lá, nove horas da manhã o papel higiênico é que eu comprado pela APM, porque a escola tem que se virar pra comprar papel higiênico, é um papel higiênico de terceira que me desculpe o palavreado que eu evito usar porque quando eu vou me secar ele fica todos grudados na minha parte íntima, então eu queria saber onde está o material pra dentro da escola não tem sulfite não tem cola, as louças não funcionam, eu fico sem graça quando as minhas amigas perguntam Dani, funciona a lousa da sua sala? Eu falo que não porque eu tenho medo de zicar, porque é a única lousa que funciona na escola é a minha, então eu queria que vocês pensassem mais nessa situação de dentro das escolas, o professor ele faz, ele realiza eu ralo, só que é tudo tirado do meu bolso e não tem realmente dinheiro pra comprar sulfite pra escola não tem realmente dinheiro pra comprar cola, tesoura materiais pedagógicos que prestem pro professor trabalhar, porque manter e IDEB no alto não é fácil não, só quem está dentro da sala de aula sabe então é só isso e eu queria que vocês pensassem por favor!





Participante 12:

Muito bom boa noite boa noite, meu nome é Vandressa, atualmente eu atuo como EDI na Seduc essa semana eu perdi um primo, Gabriel Yuge que era ativista em vários projetos sociais no Mato Grosso do Sul professor mestrado e doutorado, lutou até seus últimos dias por uma educação melhor para o nosso país, construiu uma escola com dinheiro próprio, deu aula e alfabetizou crianças indígenas e refugiadas na fronteira do Brasil, onde aprendeu a carpintar e construiu bancos e paredes pra essa escola e assim eles tinham o pensamento de que com a educação construiriam um futuro melhor para o nosso país e eu compartilho desse mesmo pensamento que somente com a educação vamos mudar o nosso país, mas para ter uma educação de qualidade precisamos reconhecer os profissionais que nela trabalham, portanto eu digo que sou que estou educadora por uma simples questão política da prefeitura de Praia Grande para baratear a mão de obra dentro das creches, pois nós atendentes e educadoras ensinamos as crianças o tempo inteiro dentro das escolas nós alimentamos, cuidamos e educamos sim, temos formação pra isso e precisamos ser reconhecidas como professoras, somos todas professoras e vou lutar até o fim por esse reconhecimento!

Participante 13:

Boa noite, pessoal da mesa da LDO, meu nome é Silvio e, na verdade, a minha fala é para vocês, não é para a mesa. Eu queria fazer uma pergunta, ou duas, ou mais, aqui no momento. Eu gostaria de saber aqui quem já sofreu assédio moral.

Eu gostaria de saber aqui quem já sofreu assédio moral. Alguém tem coragem mesmo de levantar a mão? Alguém aqui, acho que vocês não entenderam, já sofreu assédio moral? Olha, eu fiz um abaixo-assinado. Para quem não me conhece, o abaixo-assinado está nos grupos aí.

E aí, detalhe, um monte de gente acabou direcionando ao meu privado, porque não quis falar nos grupos. Sabe o que acontece, gente? É humilhante. Aí a pessoa entra em contato, eu sofri, então eu sei como que é. Então a gente consegue conversar e dizer o que está acontecendo.





Qual é o sentimento? E aí o que acontece? Eu vou falar um caso de uma professora que só tem 15 minutos para ir no banheiro. E diz que quando ela vai no banheiro tem gente que vai atrás. Não tem? Eu estou falando porque eu sou motorista, gente.

Então quando ela falou comigo, ela se afastou sabe de que? Câncer. E ela está falando assim, talvez ela esteja aqui. Eu tomei a liberdade de falar, não estou falando o nome dela, mas talvez ela esteja aqui.

Ela está com câncer e ela falou assim, foi bom eu ter tido câncer. Meu Deus, olha a comparação que ela fez. Sabe por quê? Ela falou que se ela continuasse no serviço, ela já teria morrido.

Ela não estava aguentando mais. Ela continua afastada. Isso é horrível.

Eu vou continuar, eu vou fazer outra pergunta. Alguém conhece cargo em desvio de função que tem gratificação? Só isso aí que conhece pessoas que tem desvio de função. Além de desvio de função, ganha gratificação.

Olha, é isso aí que leva o assédio moral... Um monte de dinheiro... Um monte de dinheiro.

Agora na mesa da LDO, eu vou voltar para cá, vocês têm que ver isso. Porque os nossos fiscalizadores que são votados por nós, não fazem nada! Eu levei demandas aos fiscalizadores, eu levei denúncia. Nenhum fez nada. Aí onde a professora me liga e fala, eu acionei o Ministério Público. O problema na escola piorou três vezes.

Cerimonialista:

Trinta segundos.

Continuação participante 13:

Três vezes. Eu estou revoltado, sabe por quê? Agora as nossas pautas, as nossas pautas estão cheias de teia de aranha. Porque todos os anos nós





vamos para nossa Assembleia renovar a pauta. Nós renovamos pautas. Porque as pautas, já fazem anos que a gente vai renovando.

Não melhora em nada. Você sabe o que aconteceu? Na maior paralisação da Praia Grande, cinco mil pessoas na rua. Nós aceitamos o que veio.

Eu agradeço e dou parabéns aos agentes administrativos, aos agentes de trânsito. O plano de carreira tinha que ser pra todos. Essa era a pauta que todo mundo vem fazendo.

Sabe o que aconteceu? Os motoristas fizeram um plano de carreira individual. Entrou numa fragmentação. Isso está errado.

A gente se fragmentar.

Cerimonialista:

Conclua.

Continuação participante 13:

Só isso.

Participante 14:

Oi pessoal, boa noite. Eu sou a professora Fernanda. Eu sou professora P3 de Educação Especial e adjunto.

E só para começar, os dois cargos, eu apresentei o mesmo diploma para os dois. A mesma pós-graduação para os dois. Engraçado que um salário para o outro tem uma diferença de mil e quinhentos reais.

Então, vamos fazer essa equiparação logo, né gente? Por favor, vamos colocar isso nesse orçamento. Bom, outra coisa que eu quero falar é sobre a inclusão. Que todos os professores que estão aqui vão concordar comigo que ela não funciona.





Nós precisamos de capacitação. Nós precisamos de material adequado. Nós estamos cansados de comprar material do nosso próprio bolso.

Nós precisamos de climatização, gente. As crianças especiais, elas precisam de um ambiente tranquilo. Barulho de ventilador não dá mais.

Eles surtam. Eu tenho aluno que tem que fazer o atendimento com os três ventiladores desligados. Como? Gente, localização, então, quem constrói as salas de aula, nós precisamos, gente, de logística. É impossível você construir uma sala de multifuncional do AEE do lado da quadra. Como é que a gente coloca um autista do lado da quadra com aquela gritaria toda? É extremamente desumano fazer isso.

E outra coisa, nós precisamos de AEE em todas as escolas. Todas as escolas precisam de AEE, não dá mais. Nós, professores, estamos sobrecarregados.

Eu tenho mais aluno na minha multifuncional do que na minha sala de aula. A gente precisa de multifuncional. Por favor, coloquem isso.

AEE em todas as escolas para o ano que vem, gente. Não dá, a gente precisa também, gente, de mais professores. De mais profissionais para trabalhar com essas crianças.

As crianças estão sofrendo, nós estamos sofrendo. Cada dia que passa, chega uma síndrome nova, a gente não conhece. Precisamos de capacitação com a gente, com os professores.

Os ATPs aparecem muito pouco na escola. E material, gente, a gente precisa de material. E o material, a gente precisa ser perguntada o que a gente precisa.

Não é a gente chegar aqui com um monte de coisinha de madeira que eu não vou usar, ou que eu já tenho um monte. Eu quero ser perguntado. Nós somos os especialistas que estão ali diariamente.

A gente que sabe qual material que vai precisar. Isso é importante, gente. E coisa que funciona.





Na minha multifuncional, a minha lousa não funciona há mais de um ano e meio. Desde o ano passado não tem uma lousa que funciona. Então a gente precisa ser ouvido.

Queremos uma reunião com a secretária da Educação. Todos os professores do AEE, juntos. Precisamos dessa equiparação, precisamos ser valorizados. Obrigada.

Participante 15:

Boa noite a todos. Meu nome é Cristiane, eu sou atendente de educação. Eu sou do chão da creche, na educação infantil. Nós trabalhamos e eu, de novo, eu aqui sempre. Sempre vamos bater na mesma tecla, até que nós sejamos ouvidas.

Que nossa profissão seja valorizada e respeitada. A colega falou sobre o papel higiênico ali. E posso complementar.

Nós limpamos o nariz das crianças o tempo todo. O papel higiênico fica no nariz das crianças, na boca. Quando tem... na minha unidade, não posso reclamar, tem.

Mas eu sei que em cada unidade tem seus problemas. Infelizmente. E eu vou... Tudo o que eu tinha para falar, muitos colegas já anteciparam aqui.

Já tiveram as mesmas falas. Então eu vou ler um texto que nós preparamos. Para não se tornar muito repetitivo.

A educação infantil é a maior política de cuidado e ensino no nosso país. Pois nela tudo se inicia. É lá no chão da creche que cuidamos, ensinamos e observamos os detalhes no agir, no falar, no ouvir, no caminhar.

Enfim, nos inúmeros sinais que o ser humano dá. Em ser atípica ou típica. Nós temos formação, exercemos a função docente e passamos em um concurso público.





Não fomos colocados de favor e nem ao menos entramos pela porta dos fundos em nossa função. Então, o mínimo que nós, mas sobretudo os alunos merecem é um profissional devidamente reconhecido e valorizado para lhe acompanhar no dia a dia do início de sua jornada na vida escolar. Diante de tudo isso, peço que seja inserido o reconhecimento da função docente dos cargos de atendente 1 e educadores de desenvolvimento infantil juvenil no orçamento municipal para o ano de 2025.

É só isso, obrigada.

Participante 16:

Boa noite, meu nome é Leila, eu sou da Usada do Caiçara e eu gostaria aqui de falar, já que todo mundo está falando de falta de material, então eu não posso deixar aqui de não falar, né? A Usada do Caiçara, para quem não sabe, é uma das Usafas que tem mais idosos e faz mais de dois meses, vai fazer três meses que não tem a pomada sulfadiazina. Gente, a gente vai fazer curativo, não tem pomada, é ridículo.

Entendeu? Sem contar que faz o pedido de material. Aí o material chega pela metade. Se você pede mil pacotes de gaze, chega 500.

E você vai fazer o que com os outros 500? Os pacientes, eles levam, às vezes, materiais para casa, porque tem curativo domiciliar. Como você vai entregar material para eles fazerem em casa se não tem nenhum para a gente trabalhar na Usada? Então, não é só na educação que estão faltando materiais, na saúde também. Se eu for falar aqui de vários outros materiais que faltam, tipo, vamos dizer, soro. Está faltando soro. Você chega lá no almoxarifado para pedir um soro e aí fala só uma caixa. Eu quero saber o que eu vou fazer com uma caixa de soro, com 50 soros, para atender um monte de gente que está com dengue.

Olha lá. Entendeu? E aí eu vou fazer o quê? Ah, não, mas só leva só essa. Está bom.

Tá bom como, gente? Eu vou fazer o quê com o soro? Vou colocar água? Não dá, né? Então, agradeço.





Participante 17:

Boa noite a todos e todas. Meu nome é Daniela, sou do Balneário Maracanã, sou professora P3 de Educação Física da Rede e vim aqui falar sobre a área de Educação Física.

Inclusive, eu já estive presente no plano diretor, isso ficou registrado em ata. Vim aqui também pedir para que seja incluído aí no orçamento a previsão da construção de prédios escolares que já prevejam, que comportem duas quadras, tá? Muitos professores de Educação Física da Rede, as escolas, são escolas com três períodos, com 15, 16, 20 salas. A gente tem escolas até com mais de 20 salas de aula e apenas uma quadra.

E o que acontece? Você tem ali dois, três professores de Educação Física dando aula no mesmo espaço, para séries diferentes, conteúdos diferentes. A gente tem agora a Base Nacional Comum Curricular, o município tem um currículo para cumprir. Como que o professor vai conseguir cumprir esse currículo trabalhando no mesmo espaço que outros profissionais estão ocupando, cada um com 20, 25 alunos? Uma outra situação também que precisa ser colocada aí no orçamento.

Vocês precisam rever a cobertura das quadras. Recentemente, um colega meu chegou a medir a temperatura da quadra a quase 50 graus. Quase 50 graus dentro da quadra.

Lembrando que não é apenas um profissional, uma turma que está ocupando esse espaço. São mais turmas ocupando o mesmo espaço, o dia inteiro, das sete da manhã às sete da noite, em grande parte das escolas. Então é necessário rever essa cobertura das quadras, esse material que não está adequado e apropriado para que os alunos realizem atividade física de forma segura e saudável.

Uma outra questão que eu quero colocar são as escolas de complementação educacional. São escolas que possuem um trabalho diferenciado, um projeto diferenciado, e, portanto, ele precisa de recurso para que os professores consigam trabalhar. E falta recurso para esses profissionais, principalmente para os professores de atividades artísticas, porque é um material consumível.





E as escolas estão aí com baixa de material para que esses profissionais, de fato, possam realizar um trabalho de excelência e diferenciado, como a gente espera, da complementação educacional. E para encerrar, também falando da educação física, eu espero que esteja no orçamento a compra de materiais esportivos. Eu gostaria de colocar...

Cerimonialista:

Trinta segundos.

Continuação do participante 17:

De projetar na quadra as bolas que eu tenho para trabalhar na minha escola. Eu gostaria de projetar o material que eu tenho para trabalhar na minha escola, que é lamentável o estado desse material. Então, eu gostaria que fosse colocado aí a compra urgente de materiais esportivos.

Não sou eu, como vários colegas meus estão sem material adequado para desenvolver o seu trabalho. Muito obrigada pela atenção de todos e todas.

Cerimonialista:

Temos mais cinco inscrições.

Se alguém quiser fazer o uso da palavra, vá até lá, que vamos encerrar. Se não é mais alguém, só ir lá. Se não, vamos encerrar nesse cinco.

Correto? Três minutos.

Participante 18:

Primeiramente, boa noite a todos. Meu nome é Hélder Neves, trabalho na escola do Babete e resido no Caiçara.

É o seguinte. Primeiramente, eu sou educador de apoio de desenvolvimento infanto-juvenil. O povo pode perceber que os problemas são os mesmos.





Só está mudando as secretarias. Então, acho que o que a prefeitura mostra não condiz com a nossa realidade. Então, está na hora realmente de rever.

Então, vou falar um pouco da nossa área. Como a minha amiga Cristiane falou, o chão da creche também é sala de aula. Então, vamos lá.

Perguntas que eu quero que me respondam. Primeiramente, gostaria que garantissem o orçamento para a educação infantil da primeiríssima infância. Porque falar, todo mundo fala.

Agora tem que pôr no papel. Própria para a criança da creche, tá? Para os professores, materiais, não confundindo com sala de aula, e sim, recreação. Garantir esse orçamento para a primeiríssima infância.

Se não há verba, por que não pedir para os órgãos competentes? Como a Deputada Lucilene Cavalcante fez um vídeo dizendo, se não tem dinheiro, mostre as contas públicas. E realmente não tendo, o governo vai enviar. Então, esse negócio de falar, não temos verba, não justifica.

Está bom? Outra coisa que eu quero falar. Se não somos considerados professores, ok, por que está no portal do Estado de São Paulo? Há uma discordância aí, não acham? Nós já temos, tudo isso daí já com a gente. Por que estamos como auxiliares da carteira digital, se não auxiliamos ninguém? Cadê o professor, já que falam que tem tanto lá? Nós auxiliamos quem? Essa é uma pergunta que ninguém responde, né? Outra coisa que eu quero também falar, dos 30% destinado aos outros profissionais da educação, qual é a porcentagem destinada a educadores e atendentes? Teve uma reunião, há um tempo atrás aqui, com o Secretário de Finanças, eu perguntei qual que eram os gastos com o pessoal, com os servidores.

Não tive, não tivemos, o percentual. A única coisa que tinha sim, esse não pode usar, esse não pode usar. Qual pode? Outra coisa também, nas escolas, não está funcionando esse papo de as crianças portadoras de necessidades especiais com um profissional tendo três, sendo que cada criança é um jeito de se trabalhar.

Você não pode pôr um profissional para trabalhar com três crianças que cada um tem que se trabalhar de um jeito diferente. Olha, quatro? tem cinco, seis? Isso está errado. Vocês não estão cumprindo o que a lei manda.





E o principal, se uma criança dessa precisa de um atendimento próprio, quem vai olhar as outras duas, três, quatro ou cinco? Então acho que tem que ser revisto isso. Verba vem, a questão é como está sendo usada. E para finalizar, está bom, meu jovem? Já estou finalizando.

Os materiais andam faltando nas escolas. Só que não adianta mandar agora não os materiais, um, dois meses, para dizer, oh, estamos suprindo e ficar o resto do ano sem. Coloque no orçamento para que se tenha material, porque nas escolas já chegou a conversa que é para manear no material porque não vai vir.

Eu espero que isso seja mentira, porque a criança é o fundamental. E por último, qual é a finalidade da Semana do Educador de Apoio se eu não estou vendo vantagem nenhuma e eu ainda tenho que levar o meu alimento? Tenho que levar uma ideia para fazer uma atividade? Sendo que o recesso é um direito da criança e ela tem que ser preservada. Não é direito da Seduc e nem de profissionais.

É da criança, está bom? Muito obrigado.

Participante 19:

Nome Pixoxó, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Estância Balnearia de Praia Grande. Boa noite, boa noite a todos. Queria iniciar a minha fala e parabenizar você, Vagner, município da cidade, servidor público e será o nosso representante na seleção brasileira de esporte adaptado, representando o Praia Grande no mundo.

Parabéns, viu? Também agradecer a presença da mesa diretora, agradecer aos servidores de aqui, nós de forma organizada, quando nos procurou, cada um vai falar da sua demanda, porque quando a gente fala, somos taxados de querer arrumar confusão, de querer arrumar demanda. Então, nada mais do que vocês que sentem no dia a dia o que acontece nas unidades, trazer para o poder público o que acontece, o que vocês pretendem. Como vou iniciar, falando sobre a minha Secretaria de Segurança, Praia Grande vestiu basicamente na formação dos guardas, 20





GCMs se formaram, mas 52 estão indo embora pra Santos por falta de valorização salarial.

Então, se você tirar 52 menos 20, a gente vai perder 32 GCMs que, segundo conhecimento, nem escolinha lá eles vão fazer, porque eles já foram formados aqui na Praia Grande, eles já estão aptos a trabalhar pela cidade de Santos. Estamos na LDO de 2025, eu entrei na guarda em 2001. Por que até agora o plano de carreira da guarda não está sendo aplicado, se já viemos com a formação, desde o início da minha formação, lá em 2001? Então, Mola, por favor, plano de carreira da guarda já.

Vale a alimentação para os aposentados e pensionistas, Mola. A gente não pode alegar o desconhecimento, estamos conversando, é pauta de debate na Justiça, vai ser julgado, mas há quatro anos atrás foi prometido que era pra mandar a lei pra Câmara, que o dinheiro estava guardado, eu tenho um vídeo gravado, então assim, espero que realmente a Justiça arrumamos o caminho jurídico legítimo, com parecer favorável do Ministério Público, do Tribunal de Contas, e eu espero que Deus ilumine a cabeça de quem vai julgar, e realmente a gente tira esse povo aí que fizeram essa cidade crescer do sofrimento, que é uma vergonha pra nossa cidade, nós temos que arrecadar alimento pra tentar ajudar na manutenção dessas pessoas que fizeram a história da nossa cidade.

Cerimonialista:

30 segundos!

Continuação do participante 19:

Já? Vou ser rápido. Que seja previsto, vale a alimentação para 100% dos servidores, sem desconto de faixa, sem nada, foi dentro do orçamento. Que seja previsto, vale refeição, que seja colocado no orçamento o plano de carreiras da servente 1 e servente 2 das escolas, com redução na carga horária, a exemplo que foi feito com as EDIs, para todos.

O plano de carreira, gente, quando eu falo, falei do, mas a nossa pauta também é todos os servidores. A falta de material já foi questionada aqui. Quando eu falo do IFA, que é a gratificação que os agentes de endemias e





comunitários recebem, né? A gente sabe que é uma verba que é destinada para a saúde do município e aplicar na capacitação.

Mas que capacitação é essa? Que material é esse? Que outro dia eu vi agente comunitário comprando papel colorido pra poder montar as faixas nas Usafas. E na própria decisão lá que tem o parecer, nada impede que a Prefeitura aplique essa verba pra valorização desses servidores. Para finalizar, pra finalizar, aconteceu um fato ontem, no Navega São Paulo, se eu fosse essa pessoa que todo mundo acha de querer se exibir na rede social e tudo, eu tinha lá gravado um vídeo.

O fio exposto do lado do bebedouro, eu tenho um vídeo, o fio exposto lá do bebedouro, há dois meses, os professores estão mandando fazer a manutenção, ontem a criança na aula lá tomou um choque tão forte que quase atingiu toda a parte dele. Isso aí a mídia não mostra. Eu poderia muito bem hoje fazer o escarcéu, mas eu sou profissional, eu procurei o secretário da pasta e aquele direito para rapidamente cessar lá e fazer a manutenção daquele local.

Mas nada impede de a gente entrar com o processo administrativo como coordenador para ele aprender a respeitar os professores e não gritar e cometer assédio moral, porque dois meses está para ele resolver o simples de passar a fita isolante. Então vai ser a nossa batalha de lei, o combate do assédio moral no ambiente de trabalho. Boa noite a todos.

Participante 20:

Gente, boa noite, eu me chamo Thayuan, sou professora P3 aqui no município. Já falaram bastante coisas assim, eu vou colocar alguns tópicos aqui do ponto de vista de um P3. Então eu separei em três partes:

Primeiro a estrutura e recursos materiais. Garantia de material escolar a todos os alunos no início do ano. Então tem o planejamento, mas ano passado a gente recebeu material em setembro.

Ainda mais eu sendo arte educadora, sem material, sem sulfite, sem lápis de cor. Então material que seja disponibilizado no início do ano. Material didático físico completo para cada aluno em cada ciclo.





Salas climatizadas com ar condicionado. Não fazia sentido a prefeita fazer um estudo, fazer um teste pra ver se a sala climatizada ia funcionar, né gente? Política de abastecimento de materiais de apoio, cartolina, papel, tinta, cola. As escolas desenvolvem trabalhos, a comunidade não tem dinheiro para comprar cartolina e a gente precisa desenvolver os trabalhos, material completo de educação física, quadra poliesportiva padrão para as quatro modalidades. Refeição completa todos os dias. Nossos alunos tem um dia que é bolacha, outro dia é macarrão, então não tem todas as refeições. Na questão do trabalho, a redução do número de alunos por sala de aula. As salas de aula estão superlotadas.

Estrutura de impressão para professores. Não é caro ir para o município, colocar uma máquina uma copiadora pra que os professores possam ter essas impressões. Psicólogos nas unidades escolares.

A gente precisa para ontem. Bom, mudança da política de inclusão. Não dá para a gente colocar uma atendente pra atender cinco alunos de uma vez.

Isso porque na prática são quatro, na teoria são quatro por sala, mas a gente vai nas escolas e percebe que aqueles quatro que têm laudo, aqueles outros cinco que não têm. E aí tem uma única professora, que as atendentes são professoras também, atendendo nove alunos de inclusão dentro de uma sala. Então isso também não dá.

Tem que mudar essa política de inclusão. Duas aulas de arte semanais. Quanto a isso, nós já estivemos aqui nesse espaço.

Conseguimos eleger um professor no Conselho Municipal de Educação. No antigo, que agora mudou recentemente. Levamos a pauta e nada até agora.

Redução da hora para 45 minutos de hora-aula. É o único município que a hora-aula é de 60 minutos. Então, 45 minutos daria para colocar, por exemplo, a educação física dentro do período e não no contra turno, como as famílias reclamam no Fundamental 2. Fim dos períodos intermediários.

Gente, a escola está parecendo uma fábrica. Sai dez para as onze, onze já entra outra e falta muito funcionário. Equiparação salarial para todos os professores.





Enquadramento das atendentes no magistério. E aí o último item é sobre a questão democrática aqui no nosso município. Todo mundo já sabe que o Tribunal de Justiça já julgou inconstitucional os cargos comissionados, mas até agora a gente não está sabendo de nenhum concurso para cargo comissionado, que são os cargos de gestão.

E os cargos comissionados eles também eles têm um gasto muito grande na folha de pagamento, com as funções gratificadas. E fora isso tem a questão do assédio moral. Como entra na questão democrática o concurso iria tentar minimizar isso.

E a gente vê que há um abafamento sistemático desses casos de assédio e que a gente precisa quebrar essa estrutura. Fim do intervalo dirigido o professor ele fica ali 15 minutos e é porque falta funcionário na escola. Na minha escola tem um inspetor é readaptada, ou seja, nem é o cargo dela de origem, não sei qual é o cargo da professora, não, da funcionária que está na minha escola como inspetora.

Depois chegam 10 horas, aí ficam dois inspetores por um período de tempo. Então está faltando também os funcionários dentro das unidades. E melhorar o salário de todos.

Eu tô aqui e não posso deixar de falar de um colega de trabalho que faleceu com quase 70 anos, que não podia se aposentar por conta de vale alimentação. Os aposentados hoje não recebem. É injusto, é imoral uma pessoa trabalhar oito horas por dia na limpeza, ganhando um salário em estado de miserabilidade.

É imoral um município com um orçamento de mais de dois bilhões querer pagar um salário mínimo para uma pessoa que trabalha oito horas.

Participante 21:

Boa noite. Meu nome é Valéria, sou professora de educação especial agora.





Sou professora há 16 anos na rede e moradora da Praia Grande há 33 anos. E ouvindo todas as falas, o pessoal da saúde, o pessoal da educação, todo mundo falando que falta recursos, que o pessoal tem que tirar do bolso. Esse aumento, não aumento, essa miséria de 3,93%, essa vergonha.

E aí o que a gente escuta falar do município é que não tem verba. Só que se a gente não tem verba para quem é daqui. Não tem verba para morador, não tem verba para trabalhador.

Nós estamos em abril, daqui a pouco vai vir a Vila Junina. Quando vocês verem a Vila Junina acontecendo, saiba que ela é milionária.

Porque será que a gente não tem uma estrutura? Ahh mas a gente tem que incentivar o turismo, porque tem gente que depende do turismo...hoje em dia Praia Grande nem depende tanto assim do turismo, a gente se auto...se segura se mantém, sim o turismo pode ter sua importância sim... mas é possível sim fazer um evento que custe bilhões para nossa cidade...

Tudo é para quem é de fora, nada para quem é de dentro. Os shows são milionários.

Toda sexta-feira tem a Sexta Musical, em lugares que às vezes nem tem gente.

Tem lugares que são vazios, tem lugares que tiram a oportunidade dos cantores locais. Por exemplo, enquanto a gente estava de greve, a Prefeitura de Praia Grande fingiu que não estava acontecendo nada, fizeram a Sexta Musical no Tude Bastos, e os artistas locais reclamando que tirou a oportunidade deles de estarem tocando ali naqueles bares que tem ali na região. Então, assim, não é que não tem verba.

Existe um foco muito grande em promover eventos, porque também a gente sabe que existe um interesse por trás desses eventos pessoais. Não há interesses para o município, só interesses pessoais. Muita gente ganhando muito em cima disso, e é o nosso dinheiro que está indo.

Enquanto isso, a nossa cidade está sendo mal assistida, mal servida. Quem mora aqui está triste, quem trabalha aqui está triste. Outra coisa é as nossas crianças.

O pessoal falando sobre como encontrar verba e questionando a questão da alimentação deles, que hoje é buscado, pelo menos na educação infantil, que seja uma alimentação saudável. Não precisa tirar das crianças a verba





para os servidores, porque a prefeitura tem. É só saber administrar, é só olhar para o morador.

Eu trabalho em periferia. Esses 16 anos que sou professora, só pego escola de periferia.

Falta estrutura. E aí eu moro na Guilhermina. O que eu vejo é lugares que já estão prontos, praças, calçadão, avenidas, sendo quebradas para serem feitas de novo.

Se existe interesse. Se existe interesse de pessoas ganharem dinheiro em cima desse quebra-quebra, vai construir lá nos bairros de periferia, porque o pessoal precisa. Precisa de saneamento básico, precisa de asfalto.

Não é só aqui, não é só na entrada da cidade. Aqui já está bonito. O pessoal já vê.

O paulista vem aqui e já vê tudo bonito. Não precisa quebrar mais. Vai fazer onde precisa. E nós temos verba.

Participante 22:

Boa noite. Meu nome é Cleide.

Sou professora de Adunto I. Eu teria também aqui algumas coisas para pontuar, mas o tempo é pouco. A primeira coisa que eu gostaria de perguntar para vocês da bancada.... Vocês estão escrevendo essas perguntas em papel, não é? Para poder lembrar de todas. Esse papel que vocês têm, eu não tenho na minha sala de aula.

Eu não tenho. Sabe por que eu não tenho? Vocês talvez consigam me responder. Eu não tenho porque vocês, que são responsáveis em dividir esse dinheiro nas pastas, estão fazendo o trabalho de vocês, correto? Ou é o secretário da pasta que não está administrando esse dinheiro para estar faltando tanta coisa.

Então, eu repito. Eu repito. São vocês que são responsáveis por dividir o dinheiro que entra de IPTU e tudo mais da Praia Grande.

E diga-se de passagem, a gente sabe que é o IPTU mais caro do Brasil. Não é pouco o dinheiro que entra. É suficiente para ter uma boa educação, uma boa saúde.





Nós escutamos aqui, e eu deixei para falar por último por isso. Vocês estão vendo que a saúde não tem nada. A educação, menos ainda.

Onde está o erro? Onde está o erro? É nessa divisão que vocês estão fazendo? Onde o erro está? Porque eu vi ali, que foi projetado, o valor de um prédio custa ali quatrocentos e poucos mil reais. Ok? Um prédio. E por que um banheiro custa setecentos e cinquenta mil? Mais do que um prédio? Porque a conta, eu não sou professora de matemática, mas é visível, aqui na Praia Grande, o desvio de verba.

É claro. É escancarado. Então, por favor, me responda, porque eu, como professora, lá onde eu estou dando aula, eu tenho que escrever no plástico. Não é mais lousa. Eu estou escrevendo no plástico.

Aí você pode falar, não, a sua diretora tem que pedir para o departamento responsável. Foi pedido um milhão de vezes. O departamento responsável, se não me engano, é Turlão da informática.

Vamos dar nome aqui. Responde assim. Já estamos cientes do problema.

Só que eu não tenho lousa digital. Não é só isso. Eu não tenho uma lousa de giz do século passado para poder escrever.

Nós compramos plástico transparente para colocar na parede para poder escrever com canetinha. Então, esse dinheiro, que o Turlão fala que não tem, onde que está? Está sendo mal administrado na faça ou vocês estão passando pouca verba? Só isso.

Estou pedindo aqui para fazer também uma pergunta a respeito do Google. De onde vem essa verba que é paga, esse curso que não serve para nada? Ah, mais uma coisa que eu ia me esquecendo. Uma coisa que eu ia me esquecendo. Vocês, eu quero saber...

Cerimonialista:

Seu tempo já passou além dos 30.

É só... Calma. Não. Calma.

Todo mundo não foi cerceado. Ela pode falar. Eu só estou lembrando que... Não vou passar mais três.

Continuação do participante 22:





Sobre o assunto que não foi tocado aqui ainda, eu queria saber por que vocês não colocam no orçamento de vocês o convênio médico para o servidor público? Ou se colocam, por que não tem?

Cerimonialista:

Temos mais três inscrições e aí concluí. Lembraram que todos falaram além dos três minutos. A gente deixou... Sim, a gente deixou à vontade. Só...

Vamos deixar a fala do companheiro aqui, por favor.

Participante 23:

Gente, boa noite. Meu nome é Hudson. Sou morador aqui do Jardim Maracanã. Servidor público da Secretaria de Saúde.

Bom, vou ser bem sucinto aqui. Mola. Quando a gente fala na questão da construção das unidades e na questão do custo-benefício, a gente pode estar pensando já na questão da energia solar para essas unidades.

A própria energia vai estar alimentando essas unidades, novas unidades. A gente colocar dentro dessa lei, sugestões. Outra coisa é referente ao IFA.

Nós somos agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde. São verbas vindas do Fundo Nacional de Saúde, destinadas para pagamento de repasse para as nossas categorias. E a todo instante, a Prefeitura, a Executiva, diz que é para fazer um outro tipo de utilizar essa verba, menos para repassar para nós.

E nós sabemos que essa verba é carimbada para nós. A gente nunca recebe essa verba, enquanto outros municípios, Cubatão, Guarujá, próprio município de São Paulo, já estão recebendo há anos essa verba. Outra proposta dentro da LDO é um banco de sangue, um hemocentro dentro da cidade de Praia Grande.

A todo instante, nós temos que fazer doação de sangue, temos que ir para Santos, onde só tem somente duas unidades, e foi fechado um a esse ano, um hemocentro em Santos. Então, outra coisa, a questão que a menina aqui acabou de falar, que foi a última fala dela, que foi do convênio médico. Dentro da lei, se não tiver condição de fazer o convênio médico, é uma proposta. Então, a gente pode se pensar, a partir que é 24, 25, 26, 27, o Hospital do Servidor Público. Porque o Hospital do Servidor Público vai servir





quando nós aproveitarmos... O hospital vai servir para nós, principalmente, quando nós aposentarmos.

E o convênio médico, o que acontece? A gente aposenta, o salário cai, e o convênio sobe. Não é isso que acontece? Nós poderemos ter o Hospital do Servidor Público com recurso, também do governo federal, também do governo estadual, junto com o municipal. Porque já temos verba para o Transmontano dentro da cidade, temos verba para casa de saúde, também podemos fazer uma lei onde tem a clínica do sindicato, onde ele já se colocou à disposição para fazer um convênio com a prefeitura para atender o servidor público. Por enquanto, obrigado. Boa noite para todos.

Participante 24:

Boa noite a todos. Me chamo Marco Jabá, funcionário público há 43 anos, aposentado, e hoje estou como vereador na Câmara de Praia Grande. Quero dizer para vocês que eu ouvi todas essas demandas e são reais, porque eu tenho visitado as escolas e os hospitais e gostaria aqui de pedir, como eu cheguei um pouco tarde, que todos aqueles que tivessem alguma coisa pudessem subscrever, procurar meu gabinete, que eu estou inteiramente à disposição.

E dizer para os secretários que tomam conta da pasta que a Secretaria de Educação está sangrando no nosso município.

Falta humanização. As escolas, tudo o que falaram, de ventilador, de lousa, de bebedouro. Infelizmente, algumas escolas estão vivendo com o dinheiro da APAI.

O Fundeb, meu, está devendo 13,5% da APM, e uma verba federal que vem lá de Brasília, entendeu? E dizer que se a educação está sangrando, a nossa saúde está com uma ferida aberta muito grande, um débito muito grande, é denúncia de tudo, é denúncia de corrupção, é denúncia disso, é denúncia daquilo. Que, inclusive, eu estive no hospital hoje, e pasmem, uma família teve que comprar fralda para o seu ente que estava lá sendo atendido. Isso é uma calamidade, é uma vergonha para o nosso município.

Eu sei que o Mola anotou tudo ali, mas depois, se vocês puderem passar, subscrever e dizer para o secretário que eles vão sair daqui, o mandato está terminando, mas vão responder na Justiça. Durante os anos que eles ficaram... Nós temos exemplos passados. Então, olhe um pouco o carinho para todos os funcionários e olhe um pouco o carinho para toda essa cidade,





nossa cidade de Praia Grande, está bom? Não vamos tomar todo o tempo, não. Obrigado, entendeu?

Participante 25:

Boa noite a todos. Meu nome é Rogério, sou munícipe aqui em Praia Grande. Minhas perguntas são bem diretas aos senhores.

Vi a reclamação dos servidores e presencio muita coisa. Hoje, na Usada Forte, que é perto de onde resido, fui fazer a ginástica na parte da manhã. A colaboradora que faz a ginástica, a senhora Tatiana Aguiar, que, por sinal, é uma ótima profissional, uma assessora muito boa, ela comentou, não reclamando, mas sim comentando, que ficou até às 10 horas da noite de ontem organizando para poder fazer o trabalho de hoje.

Também tem a senhora... Depois da tarde, eu voltei para a usafa, a senhora Andréia Cristina, também ACS, ela dá aula de ginástica cerebral, e ela teve que comprar material com o bolso dela, dinheiro dela, pessoal, para poder executar o projeto que ela está abrindo. Minha pergunta aos senhores é, quanto da LDO está reservado para esses tipos de novos projetos? Pois a prevenção de doenças começa por aí. É muito mais barato manter um curso de ginástica cerebral do que tratar uma pessoa com Alzheimer.

É muito mais barato tratar uma pessoa fazendo ginástica do que tratar uma osteoporose ou alguma outra doença. Da área da saúde. Por isso que eu estou perguntando, quanto vai ser destinado? Referente à minha área, que é a área de transporte, eu já pedi para a vereadora Renata Zabel, já pedi para o ex-secretário de transporte, Leandro Avelino, o contrato com a Piracicabana.

E onde está esse contrato? Que ninguém me mostra. A lei de transparência não tem. Não consegui localizá-lo para poder analisar o contrato.

Até me dispus a fazer um novo estudo de transporte para a cidade e não fui nem atendido. Está certo? E por fim, eu como munícipe me senti muito desrespeitado na data de hoje pelos senhores que aí estão na bancada.

O horário que estava marcado para iniciar a atividade era às 18h30. Por que foi começar às 18h57? Por que então não colocou-se o horário mais tarde? Isso é falta de respeito para como munícipe. Se era para ser às 19h, que marcasse às 19h.





Não marcasse às 18h30. Se o servidor chega cinco minutos atrasado, é descontado. Agora, nós somos obrigados a ficar aqui parados, perdendo nosso tempo, porque eu tenho mais coisas que fazer.

Para não ser atendido, para ficar ao belo prazer dos senhores, o exemplo deveria partir dos senhores neste momento. Muito obrigado.

Cerimonialista:

Passamos a palavra ao Secretário de Finanças...

(Foi precedido pelo participante 26)

Participante 26:

É com a mesa. Boa noite. Meu nome é Adriano Roberto Lopes da Silva.

Munícipe dessa cidade há 47 anos. E até em janeiro eu brinquei com o secretário de Finanças. Secretário, parcela única aqui já está paga.

Meu nome não vai ser bloqueado pela justiça não. Meu IPTU está pago, parcela única. Mas vamos lá.

Vamos falar o que é sério. Falando como munícipe. A nossa cidade é linda.

Nossa cidade é maravilhosa. Mas está faltando mais estrutura nas escolas. Cozinha das escolas está faltando coifa, ventilação.

Secretária de Obras deve estar aqui presente. Secretária de Obras, que acompanhe, por favor. Faça uma comissão com o engenheiro do trabalho, com o perito do trabalho.

Eu parablenizo a secretária da Sesurb no início da gestão dela. A gente conversou bastante sobre as condições de trabalho no ambiente da Sesurb. Ela pediu paciência, que ela está alinhando hoje.

A Sesurb é uma secretaria que menos dá dor de cabeça na entidade no qual eu represento. Falta muito ainda para valorizar, capacitar os servidores. Mas assim, quando for fazer uma obra, consulta pessoas voltadas para um engenheiro do trabalho, um perito do trabalho, para ver se as alturas das prateleiras estão boas.





As pias, para as pessoas não ficarem curvadas. Isso é um debate grande que a gente tem tido, junto com a medicina do trabalho, para que os servidores não adoecem ao longo do tempo. Sem contar as condições da cozinha das unidades escolares e da maioria das cozinhas, que não tem uma coifa para fazer calor e ventilar.

E as nossas serventes, principalmente das escolas que eu sou filho de merendeira, elas estão ficando doentes. Estão ficando doentes. Aí fica doente uma, sobrecarrega as duas que estão.

Então eu gostaria que, dentro dessa lei aqui, fosse previsto um orçamento e revise tudo, que realmente fosse criada essa comissão com respeito aos servidores da nossa cidade que trabalha dentro das unidades. Outra questão, que é muita reclamação que a gente vê do conhecimento que a gente tem do professor, isso não tem impacto financeiro, isso não tem lei de direitos orçamentários, isso não tem nada. Custa dar 30 minutos para o professor poder se alimentar? 30 minutos, 15 minutos para o professor poder tomar um lanche, comer uma maçã.

Hoje ele não tem, ele não tem esse tempo para ele poder se alimentar. Ele entra na escola 8 horas da manhã, vai até 5 horas da tarde e não pode deixar o aluno, às vezes nem sequer para ir no banheiro. O que chega a reclamação para nós.

Então isso não tem impacto orçamentário, isso não tem descrição. Isso é questão do quê? De gestão de quem está na frente da pasta. Sensibilidade.

Eu vou finalizar por aqui, está bom?

Cerimonialista:

Agora voltamos à palavra com a mesa dos trabalhos.

Secretário de Finanças, Sr. Cristiano de Mola:

Bom, foram muitas manifestações aqui pela internet também, acho que até bem mais do que a gente recebeu aqui presencialmente. Deixar claro que todas as propostas serão respondidas e publicadas no site da prefeitura.

Seja ela feita aqui, seja ela feita pelo Instagram ou pelo canal de participação. Então cada secretaria, e eu vou falar um pouco sobre isso,





sobre a descentralização do orçamento, como é que funciona. Logicamente a secretaria tem a competência para estabelecer as prioridades dentro dos seus limites orçamentários.

E já começando a falar sobre a própria LDO, como falei no começo, ela estabelece diretrizes. Uma das principais diretrizes é que o município, ela preserve prioritariamente todas as ações que já existem no município, que são continuadas, para depois contemplar no orçamento novos projetos. Então tudo que foi falado aqui em relação ao material, essa parte do dia-a-dia, isso já está previsto no orçamento.

O que ocorre, logicamente, é o aumento da demanda. A gente é uma cidade em plena evolução, pleno crescimento populacional, e aí a gente sabe que muitos moradores novos vêm morar em casa de familiar ou de amigo, e acabam não contribuindo com impostos, como os moradores hoje nós já contribuimos. Mas ele traz a despesa com ele.

Então mesmo que ele venha contribuir, há logicamente também um delay entre ele vir morar aqui e ele começar a pagar os impostos. Mas ele já chega já usufruindo do transporte, do saneamento, da educação, da saúde. Então a gestão passa pelo planejamento sim, mas principalmente pela revisão do planejamento, o retro planejamento.

Estamos em constante estudo e revisão do planejamento. Anualmente o Praia Grande promove a revisão das metas do governo, porque é dinâmico. O que a gente aprova hoje aqui, talvez daqui a um mês a demanda já mudou, porque vieram morar 7 mil pessoas na cidade.

Então estou criando um contexto para entender que, quando o orçamento é repartido entre as partes, primeiro preservam-se as despesas obrigatórias de caráter continuado, que foram essas que a Yara citou algumas novas que vão surgir. Até o caso do prédio lá de 400 mil, 200 mil, ali não é para a construção, ali é a manutenção do serviço. Aquela despesa jamais será suprimida, a não ser que haja descontinuidade do serviço para a população, que não é o que nenhuma gestão pretende fazer, quer fazer.

Mas para manter precisa ter recurso destinado para aquilo. Então os novos projetos virão após todos os projetos já em andamento serem contemplados no orçamento. Essa tarefa não é fácil.

A gente olha lá 2 bilhões e meio, só que mais da metade é gasto com o próprio funcionalismo, é o custo do funcionalismo. O custo do funcionalismo representa metade do orçamento. O custo.... Eu vou falar sobre os aluguéis.





Eu vou falar sobre os aluguéis. Logicamente, eu vou pontuar aqui as reclamações, mesmo não fazendo parte da matéria, da audiência, não se tratar de proposta, nós faremos também a compilação, separaremos por secretaria, por pasta responsável e estaremos encaminhando. No caso da educação em específico, que eu percebi que a maior parte das demandas são relacionadas à pasta, já tem uma reunião agendada para o dia 2 de maio com a presença do sindicato, junto com a responsável da pasta, onde, o secretário de finanças, eu, participaremos, o chefe de gabinete, o procurador-geral do município e o secretário de administração, para justamente tentar resolver ou mitigar, minimizar os problemas da secretaria.

Então a ideia é o diálogo. O presidente está aqui, ele é testemunha, semana que vem nos reuniremos para tratar especificamente das demandas da educação. Sejam demandas de reivindicações, sejam reclamações, inclusive questões como assédio, que constou na pauta extra.

Digo pauta extra porque a pauta oficial foi levada para o judiciário onde foi homologado o acordo consensual, e eu vou falar também disso, e a pauta extra foi aceita pela administração porque nós nos comprometemos a dialogar. E dali me permita chamar de Pixoxó, presidente, vamos avançar como já foram em outras ocasiões com demais passos que houver necessidade de conversar. Inclusive a minha.

Que a gente puder melhorar, e quem está na ponta mostrar para a gente o que pode ser melhorado, porque ele situa a Sesurb, Sesurb é um exemplo de que, com o diálogo, levando as demandas, os problemas, as coisas melhoraram. Sempre dá para melhorar mais, e temos que melhorar. Mas, em relação ao funcionalismo, nós temos uma distância entre o que é o real e o que é o ideal.

E aí eu vou me permitir usar uma frase política, por mais que a reunião seja extremamente técnica, porque se faz necessário. Nenhum, pelo menos que eu conheça no Brasil, nenhum político, nenhum gestor público, prefeito, governador ou presidente, não teria motivo político para dar o aumento em plano de carreira e benefício para todos os funcionários. Não tem ônus político isso.

Mas, infelizmente, existem normas. Existe a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e, excepcionalmente, no último ano de mandato, a Lei Eleitoral, que traz vedações. E, mais do que isso, traz penalidades.

Como eu disse, não tem razão para nenhum prefeito não dar 30%, 40% de aumento. Para isso, existem os limites. E aí, falando um pouco sobre a redução do índice...





Silvio, Silvio...

Então, você está falando aqui do poder legislativo. Foi o senhor ao lado que falou, do limite da Câmara... 5% da receita tributária ampliada, é o limite.

Não, ainda não tem a proposta de 2025, que a gente vai discutir agora. Mas, veja bem, gente, isso é uma obrigação constitucional. O poder legislativo tem direito a receber, para a execução das suas despesas, inclusive vencimentos e salários, dependendo do porte do município, número de habitantes, está estabelecido na Constituição.

X% da receita é município. E aí, a discricionariedade do legislativo, o município, a prefeitura, o executivo, não interfere. Existe o princípio da separação dos poderes.

Não, ainda não tem a proposta de 2025, que a gente vai discutir agora. Mas, veja bem, gente, isso é uma obrigação constitucional. O poder legislativo tem direito a receber, para a execução das suas despesas, inclusive vencimentos e salários, dependendo do porte do município, número de habitantes, está estabelecido na Constituição.

Assim como acontece no âmbito estadual com o judiciário. Ele também tem a sua parcela do orçamento, e é ele quem determina onde vai ser gasto. E para isso tem a fiscalização dos órgãos, seja do Tribunal de Contas, do Ministério Público, independentemente da prefeitura.

Então, relacionar o aumento de vereadores com os servidores da prefeitura não cabe, porque eles têm total discricionariedade e eles trabalham em cima dos limites estabelecidos também por resolução do Senado, por Constituição, para o seu subsídio. Agora, se a gente vai falar se concorda ou não, aí é outra discussão. Mas eles estão dentro da lei.

O município não pode chegar e falar, não, vou repassar menos. Não é não, é direito do poder legislativo.

Cerimonialista:

Todo mundo fez sua fala de três minutos.

Agora o secretário tem a fala dele e vamos...

Secretário de Finanças, Sr. Cristiano de Mola:

Bom, voltando aos servidores, também que eu acho que foi a maior pauta aqui, e a gente passou por um período histórico, e que eu acho que deixou,





além do retrato do funcionalismo, da briga do funcionalismo, da luta por seus direitos, deixou também, Pixoxó, me permita citar você, o sindicato, uma impressão de que é possível sim enxergar um consenso através do diálogo, com razoabilidade e muita, muita consciência. Porque, como eu vou repetir, se pudéssemos dar tudo, não teria motivo para não dar. E aí o sindicato, os representantes dos funcionários que estavam até na comissão de greve, como, por exemplo, o Helder, que falou aqui, ele pôde ver tudo o que foi falado e mostrado lá.

E aí, já até pegando o gancho, Helder, o que você falou sobre mostrar os números, nós temos um portal de transparência que segue exatamente a legislação federal. O que tem que constar ali? É lógico que o munícipe, o cidadão, ele não vai ter facilidade, de repente, de lidar com aqueles números. Mas tudo pode ser requerido formalmente, porque a própria lei permite isso, e tem prazo para responder.

A gente divulga aquilo que é obrigatório, mas, numa mesa de discussão, como surgiu o assunto, eu mesmo falei para o sindicato que eu poderia montar esse demonstrativo. Ele não está pronto porque ele não é exigido, mas podemos montar. Transparência, ouvidoria, tem o ECAQ, que eu acho que é a... ECIC, desculpa, perdão, que também é um canal... Não, não é para funcionar, é para solicitar as informações.

Sim, ó, a audiência está sendo transmitida e gravada, *(pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)* ...Sérgio, Sérgio, não, não, tudo bem, não, tudo bem, o espaço é para isso também, é democrático. *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*. Bom, peraí, peraí, primeiro eu vou, Sérgio, o espaço é democrático, é para isso, por mais, como eu falei já aqui, a matéria da audiência não é questão de acerto, e sim, são as diretrizes orçamentárias, então, tudo que foi dito aqui, ou pela internet, relacionado ao orçamento do ano que vem, será encaminhado para a secretaria competente, e aí eu já estou respondendo à pergunta, inclusive, da Cleide, sobre como é feito, eu vou me aprofundar um pouquinho mais nisso, e eles vão responder dentro da viabilidade técnica, jurídica e financeira.

E aí já respondendo, porque, como eu falei, o orçamento é feito com uma estimativa de arrecadação, estimativa porque existem repasses federais, existe adimplência e inadimplência dos impostos, existem medidas de outras esferas do governo, seja estadual ou federal, que impactam negativamente ou positivamente na arrecadação do município, e aí eu posso citar algo que eu acho que é sabido por todos, que a gente vê na televisão, isenção para a linha branca, geladeira, legal, o consumidor vai pagar menos porque o IPI vai ser reduzido, é menos repasse para o





município. Isenção do combustível, o ICMS vai ter teto no estado de São Paulo, menos custo para o contribuinte, para o cidadão, para o consumidor, mas afeta a arrecadação dos municípios. Só que a despesa você não pode reduzir porque a receita caiu, dependendo da despesa.

Essas que nós estamos falando aqui, despesas de manutenção, despesas com funcionalismo. Só que na contramão de tudo isso, o aumento populacional está demandando ampliação dos serviços públicos. Essas unidades que a Yara passou aqui são para atender à demanda.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Eu acho que o que o Pixoxó colocou aqui, em relação aos projetos, criar uma comissão, existe um setor específico para isso, projetos especiais que desenvolvem os projetos, ouvindo os profissionais de cada unidade. Logicamente, eles estão lotados na Secretaria de Urbanismo. Deixa eu concluir essa parte, para ficar claro como é que funciona.

Ninguém faz sentado em uma cadeira o que acha que tem que ser feito. Mas é debatido com os profissionais na escola. Então, a cozinheira é ouvida.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Espera aí, gente. Espera aí, gente. Esse é o fluxo estabelecido.

Porém, Pixoxó, se me permita, isso é uma demanda que não estava naquela pauta extra. Mas acho que, até pelo dinamismo, as escolas, as estruturas têm que ser adaptadas à realidade. Vou falar da questão da energia solar.

Já tem projeto, também, nas novas unidades, que contemplará energia solar. Justamente para viabilizar uma outra demanda que foi apresentada aqui, que é a climatização das unidades. Então, foi falado também, projeto para saber se funciona.

Não é funcionar o ar-condicionado. O ar-condicionado, logicamente, que vai melhorar o ambiente na escola. Vai tornar mais salutar, inclusive. A questão é qual o impacto no consumo e no custo dessa unidade.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)





Então, o projeto de climatização das unidades passa por todas as secretarias. Seduc foi a piloto.

Porque a ideia do município, da administração, é que o município se torne autossuficiente, a prefeitura se torne autossuficiente em consumo de energia. Ela vai gerar mais energia do que vai consumir. Isso vai gerar economicidade e, conseqüentemente, aumenta a capacidade de investimento nas próprias secretarias, para atender essas outras demandas.

Então, é uma estratégia que está sendo adotada, implementada, para, em médio, curto, médio prazo, se aplicar, ter resultado. Tanto é que os novos projetos de unidade já contemplam projetos de energia sustentável. Bom, eu vou contar uma passagem aqui.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Mas o Pixoxó, peraí, peraí. Mas aí, me perdoa. Ôh, Pixoxó.

Ôh, Pixoxó. Mas a gente não pode tornar pessoal uma questão que nós estamos falando do orçamento. Nós teremos a reunião... Ôh, peraí.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Pera só um pouquinho. Eu não estou aqui para defender ninguém. Eu estou só para manter o foco no assunto, na matéria da audiência.

E, para isso, eu trouxe aqui e tornei público que haverá uma reunião a pedido do sindicato, justamente para tratar desses casos. E, se tiver amanhã, com finanças, com Sesap, com qualquer que seja, nós vamos abrir o diálogo para tentar melhorar.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Acredito que os meus colegas secretários também atendem as reivindicações dos servidores.

O Silvio, você trouxe uma demanda específica que evoluiu, que progrediu dentro de tudo que era possível dos programas.





(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Não, mas essa é a questão que a gente vai tratar. O Sérgio colocou aqui da educação, mas todas as secretarias, e aí, não, mas aqui, o Silvío, é o que eu falei, não é uma audiência para tratar disso, até porque a gente tem o prazo também para entregar o auditor.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Então, o sindicato, acho que vai nessa linha aí, o sindicato propôs, cadê o Pixoxó que eu não estou vendo ele, tá fora, mas o vice-presidente está aqui, o Ramiro, não, mas lá também é para tratar, é lá a exceção, para aprovar, está específica de alguma área, mas a proposta do sindicato, que inclusive eu pedi para que formalizasse isso, de instituir uma comissão para que periodicamente, Ramiro, por favor, balance a cabeça para dizer que eu estou falando a verdade, periodicamente, através de um ofício, o sindicato convoque uma reunião com a secretaria específica, com um prazo mínimo para alinhar a agenda e antecipar a pauta, justamente para tratar dessas questões do dia a dia, de melhorias, de problemas, porque a administração e a prefeita, ela quer saber tudo o que tem. Inclusive, esse relatório que eu vou montar, de todas as reclamações, vai para os secretários e vai em geral para a Prefeita, para aquilo que eventualmente ela não saiba, ela vai conversar com o secretário, e a gente vai tentar melhorar, logicamente, dentro das possibilidades, mas o intuito é melhorar.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Professor, sim, eu ia falar sobre isso, em relação ao Fundeb, do total do repasse recebido pelo município, 70% obrigatoriamente tem que ser investido na valorização do magistério, significa pagamento de salário e vantagens pessoais, quinquênio, plano de carreira dos profissionais, a Lei de Diretriz Básica da Educação, a LDBE, que estabelece quais são os profissionais, então a prefeitura paga e o tribunal de contas fiscaliza, aqueles que hoje podem ser pagos com esse 70%.





Os outros 30%, no caso de Praia Grande, é destinado para pagar a folha dos outros profissionais da educação, outros profissionais da educação, que trabalham nas unidades escolares...

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

...não, poderia ser, mas o custo da folha da Praia Grande é maior do que o repasse do Fundeb, o repasse do Fundeb, isso está na transparência, é mostrado nas relações, nas reuniões do conselho do Fundeb, são demonstrados todos os relatórios, nominalmente, você pode ver onde é gasto lá, isso é público, mas tudo bem, se o senhor quiser, pode ser gasto com mobília ou pagamento de servidores, tanto é insuficiente o recurso do Fundeb, que a prefeitura usa recurso próprio, que são os 25%, que devem ser destinados para o ensino, para pagar, complementar o pagamento da folha, e aí dos 25%, o que sobra e os outros recursos estaduais e federais, são destinados para manutenção, merenda, contratos, limpeza e tudo mais, isso é um resumo bem ampassado de como é feito a distribuição do Fundeb, que como eu já disse, está na transparência e todas as reuniões do conselho bimestrais são, bimestrais ou quadrimestrais? Trimestrais, perdão, trimestrais, é demonstrado isso para todos os conselheiros, que inclusive assinam os relatórios, atestando que está correta a aplicação. Dos aposentados, o Pixoxó falou aqui, o presidente do sindicato, isso foi levado para a mesa de discussão, foram, em dois dias, 11 horas de conversações, para que se chegasse num consenso de todos os itens da pauta, eram doze itens, e nove chegou ao acordo e três não houve acordo, não houve entre aspas, porque foi acordado que isso seria levado à justiça, para que o judiciário, dentro da insegurança jurídica, por ser um ano eleitoral, por ter impedimentos legais, o judiciário julgue, se ele julgar que pode ser dado o benefício, ok, se ele julgar que não, então, em relação à proposta que o senhor falou que eu prometi, na reunião com o sindicato, o procurador-geral do município, Doutor Edmilson, explicou para eles o vício de inconstitucionalidade que tinha naquela proposta. Mediante essa manifestação do procurador, o sindicato apresentou uma outra proposta, na mesa de reuniões, que não faz um mês, então é essa que foi levada para o judiciário, então as coisas avançaram nesse sentido, porque tudo que foi encaminhado para a prefeitura, todas as propostas foram analisadas...





(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

...mas ela parou, o senhor deve estar acompanhando, por decisão liminar do tribunal de justiça, mistério público, tanto é que o sindicato entrou com uma ação similar que a prefeitura tentou até a última instância mas reverteu e perdeu também, já foi falado em audiência.

Ninguém quis parar o benefício, a promessa era tentar restabelecer, isso foi tentar até a última instância, última. Esse que foi, então, Santos, Santos, professora, o projeto é igualzinho o nosso que foi derrubado pela liminar, idêntico. Então, o de Osasco é uma das matérias que estão lá judicializadas, são as propostas que estão judicializadas.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Oh Cleide, me permita até contestar, 3,93% foi o reajuste que vai ser pago ainda, mas de 2022 até hoje, o salário de todos os servidores já foi reajustado em 35,52%. Não, mas aí eu estou comparando com o crescimento do Fundeb que ela está colocando aqui, então é o dobro. Segundo, além dos reajustes salariais, tem o aumento da folha de pagamento compulsório, obrigatório, que a gente não consegue deixar de dar, são os planos de carreira e as vantagens pessoais.

Cada promoção, seja horizontal por tempo ou vertical por graduação, aumenta a folha, não vem mais Fundeb para isso, quem paga é o município. Cada quinquênio, sexta parte que o servidor tem direito e conquista, ele também vai ter o reajuste, não vem mais Fundeb para isso, a prefeitura que paga. Então, por isso que tem que ter um planejamento e dentro das limitações, valorizar o máximo possível para o servidor.

Eu, na reunião, cheguei a falar e apresentar uma planilha, demonstrando que Praia Grande, na região, foi o que mais reajustou os salários, foi 35%. Foi a única prefeitura que instituiu quatro planos de carreira em um mandato.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Então, até é bom você tocar no assunto, porque o do AG foi matéria de discussão e já foi divulgado que ele será alterado, aquela permanência





mínima na classe não existirá mais, será encaminhado para o projeto de lei para a Câmara, corrigindo isso, porque o que vai prevalecer é a carreira. Se o servidor tem nove anos, ele tem nove anos, ele não vai voltar para cinco. Se ele tem cinco, ele vai ter cinco.

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Então, aí é uma questão jurídica.

Você pode dar tratamento diferente para o mesmo cargo, só pelo local que ele trabalha? É uma questão jurídica. O órgão público, diferente do setor privado, não faz o que quer, ele faz o que ele pode. Então, a gente tem que seguir as normas.

Agora, tudo depende de propor. Vai propor, vai analisar, como já falei, tecnicamente, juridicamente, orçamentariamente, financeiramente, se é possível ou não. E aí a Secretaria responderá.

Então, em relação ao cartão dos aposentados, é isso que está acontecendo. Aluguéis. Você imagina que a cidade, há 30, 20 e poucos anos atrás, tinha um orçamento de 30 anos, 100 milhões de reais e uma dívida flutuante, que é aquela que você tem que pagar amanhã, e aí passa por salário servidor de 200 milhões.

E uma demanda represada para vagas escolares de 30 mil alunos, que só tinham as escolas estaduais ou as pequenas escolas municipais, que na época eram as sucateadas. E isso a gente vê em municípios até vizinhos ainda essa realidade. Escolas precárias, que só atendem.

Então, qual era a capacidade do município de construir 10 escolas? Investir. Hoje, o custo para a construção de uma escola, dependendo do porte, chega até 10 milhões de reais para construir. Então, são 100 milhões de reais para construir.

Depois vem o custeio dessa unidade. Profissionais, merenda, material escolar, limpeza e tudo que a gente sabe que está agregado, mobília. A alternativa que a administração achou, que é copiada no Brasil todo, foi trazer a iniciativa privada para fazer parceria com o imóvel e com a construção.

E o aluguel é muito mais barato do que construir. E com a prerrogativa, já respondendo a sua pergunta, de desapropriar e adquirir um imóvel como foi feito com diversos imóveis já. A prefeitura já não paga o total de imóveis que ele pagava antigamente.

Foi desapropriando na medida que tinha capacidade para fazer isso.





(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

Participante 28:

É uma vergonha que a gente alugou só para aquela prefeitura, porque uma escola que é da prefeitura, que é de 20 anos de bom dinheiro, que acaba indo para onde? Mas ninguém começa a analisar. 20 anos do aluguel, já alugou 10 mil escolas, já alugou um mapa durante um ano, dois anos, e é isso que a gente tem que analisar.

Secretário de Finanças, Sr. Cristiano de Mola:

Então, o que está sendo... Não, mas se você tiver que construir 10 escolas... Não, mas não é assim que funciona...

Secretário de Finanças, Sr. Cristiano de Mola:

Se a gente aluga... Se eu alugar uma parte... Eu... Senhor... Tem, senhor. Senhor, eu costumo fazer a seguinte analogia. Orçamento doméstico. Eu moro de aluguel e pago X reais por mês.

Quando eu ficar 5 anos lá, o apartamento é meu? Não. É meu? Ele vai ser meu? Ou eu tenho que... A gente tem que relativar as coisas. Relativizar as coisas. Não adianta eu falar uma coisa que a gente sabe que no dia a dia não é assim que funciona. Se não eu vou alugar um apartamento, eu vou ficar 10 anos e depois ele é meu. Não. Agora, questão de planejamento... Mas isso está sendo feito com planejamento. Não, eu não tenho essa informação porque tem uma secretaria responsável por isso. A secretaria é quem responde. Aquela é terreno próprio, construção própria. Então, aí é uma estratégia pedagógica da secretaria. É da pasta. Eu não tenho como falar sobre isso. Isso pode ser proposto internamente, ou através do sindicato. Acredito até que a secretaria já esteja pensando nisso, ou já pensou.

Porque tem um setor de planejamento, tem o setor de demanda de vagas, central de vagas. Tudo isso aí vai gerando o retro planejamento que eu falei, hoje tem uma demanda de mil, amanhã dois mil.





Tem uma intervenção pesada do judiciário que demanda... Você tem que colocar a criança na creche. Sem tempo para você construir ou ampliar. *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*

Mas, Helder, a questão do aposentado não é orçamentário e financeiro. Já falamos isso, é jurídico. Mas, me permita, teve pessoas aqui que fizeram acusações. Eu não queria falar sobre isso, mas, se tem acusação, faço uma denúncia formal.

Porque tem que ter provas. O desvio ou roubalheira que o senhor está dizendo, o Ministério Público investigou e o próprio Ministério Público arquivou. Porque foi comprovado que todos os laudos de avaliação foram dentro das normas técnicas. Dentro das normas técnicas. E não houve dano para o Instituto de Previdência na época. Estamos falando de outra gestão. Inclusive, a CEV, que foi criada, a Comissão Especial de Vereadores, o relatório dela constava, foi ela que motivou a ação no Ministério Público. E foi arquivado. Então, qualquer coisa que falarem, estão falando de uma coisa que foi comprovada que não teve nenhum tipo de ilicitude.

Todos os terrenos. Todos. Aí eu vou fazer uma analogia simples, parecida com o que eu fiz agora. Se eu tenho um terreno, eu, pessoa física, você quer comprar meu terreno, Helder, quanto vale o meu terreno aqui na frente da Prefeitura? Mil reais. Meu terreno, o metro quadrado do terreno, vale mil reais. Você vai comprar esse terreno, você vai fazer o quê com ele? Você vai construir alguma coisa lá e vai tornar ele rentável.

Você vai fazer uma casa, um comercial, alguma coisa, e vai ganhar dinheiro em cima disso. É assim que funciona a Constituição Civil. Seja um prédio que ele constrói e vende as unidades, seja um prédio comercial que ele aluga ou vende as salas, para ganhar dinheiro.

Para monetizar. *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*

O dinheiro que vai ser multiplicado quando o projeto for colocado em prática vai ser revertido para todos os servidores efetivos, que vão ter ainda mais a sua aposentadoria garantida. Mas é isso.

Isso vai ser feito. Agora, a pergunta que vem. Pô, mas o terreno está parado.

Existe um estudo que tem uma sigla americana chamada ALM. Ela mede o seguinte. Qual que é a liquidez do fundo de previdência? Quanto tempo ela consegue pagar, honrar com seus compromissos, que é o pagamento dos aposentados e pensionistas, sem ter que descapitalizar, sem ter que mexer no seu patrimônio, seja financeiro aplicado nos fundos, seja nos terrenos.





O estudo do FPGprev, que eu pedi quando entrei lá, é 16 anos de liquidez. Não, eu não posso falar pela gestão anterior. 16 anos, ou seja, a prefeitura e os servidores contribuindo mensalmente, cumprindo o plano previdenciário aprovado pelo Legislativo, aprovado pelo Conselho da Administração, aprovado pelo Comitê de Investimento, aprovado pelo Ministério da Previdência.

Tudo aprovado, tudo legal. Esses planos garantem 16 anos de liquidez. Passou os 16 anos, o FPGprev, graças ao resultado do ano passado, tem quase R\$ 1 bilhão investido em diversos fundos, nacional, internacional, renda fixa, renda variável, que é o que inclusive garante as aposentadorias.

Começaria a pegar dali para pagar a sua despesa, porque esse é o propósito da gestão previdenciária, capitalizar para pagar no futuro. E só depois desse R\$ 1 bilhão acabar, que usaria o terreno. Mas nós não vamos esperar todo esse tempo.

Nós já estamos caminhando, agora, gestão com projeto de monetização. Tornar esse terreno mais valioso economicamente do que está na lei. Vai ser muito mais.

Porque no projeto original, eram apartamentos de dois dormitórios de 60 metros quadrados a R\$ 170 mil. E aí quem mora na cidade, acredito que tem alguém que tenha um conhecimento imobiliário aqui, um apartamento de frente para a praia, um complexo de lazer, como foi no projeto aprovado, que está na Câmara, está no site da Câmara, inclusive, o projeto. Vale só R\$ 170 mil? É isso que vale o preço? É muito mais do que isso.

Então, quando digo que o município é copiado, esse é outro projeto que foi desmistificado pela Praia Grande e outros estão querendo que o Santos trabalhando num projeto de monetização de imóveis. Então, eu entendo a preocupação. Os vereadores, na época, era uma gestão diferente, tentaram entender o que estava acontecendo.

Eu já conversei com vereadores sobre isso, inclusive na minha sala e na Câmara. A prefeita está ciente de tudo o que está sendo feito, porque ela quer transparência. Nós divulgamos tudo isso para todos os órgãos de imprensa que nos procuraram.

Não tenho o que esconder. Eu fui, pessoalmente, conversar com o promotor público e explicar para ele, inclusive com exemplos de outros municípios do Estado que já estão fazendo isso, porque a Previdência, seja ela geral ou própria do município, como é o INSS, é uma conta difícil de fechar. Se você pegar países desenvolvidos, não existe Previdência.





Cada um faz a sua poupança. Por quê? Porque não quer? Não, porque não é viável. Mas o Brasil tem isso.

Então, o que a gente vê é muito amadorismo espalhado o Brasil afora, que não consegue fazer a gestão. Inclusive o INSS, está quebrado. Praia Grande, bateu 130% da meta de rentabilidade.

A gente aumentou em mais de 100 milhões de reais o patrimônio em um ano. Que é de vocês. Que é do servidor.

Que é nosso. Eu sou servidor efetivo, com trabalho.

Então, a gente está trabalhando, a gente está fazendo tudo com transparência. Só que nem todo mundo, dependendo do lado político, vai ficar satisfeito. Agora, as portas estão abertas.

Eu tenho falado isso em audiência, estou falando de novo. Muitas vezes as pessoas falam que é um assunto complicado, muito técnico. Por isso que eu falo, se quiser, venha conversar comigo. Já vi um vídeo que o vereador está convocando um comitê de investimento. Eu faço parte do comitê.

E eu quero que seja aprovado esse requerimento em sessão, para que eu possa lá falar tudo isso para eles. E mais, o que eles quiserem. E o que a gente precisa falar.

A gente precisa esclarecer as coisas. Tem uma proposta, até aqui na internet, que fala de reduzir a alíquota. E aí, a gente precisa ser verdadeiro. Quem está propondo isso, será que tem conhecimento? Saber que a emenda constitucional 103 de 2019, estabeleceu a alíquota mínima para o Brasil todo. Não pode ser menos que 14%. E aí eu volto para a questão política de novo...

Em pleno 2020, ano eleitoral, que prefeito aumentaria a alíquota da Previdência? Olha o ônus político. Ele jogaria para o próximo. Mas ele foi obrigado.

Some pena de não receber as transferências constitucionais para a saúde, assistência social, educação. E aí, como é que ia ser? Em plena pandemia, colapso?

(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)

É Daniela, né? Daniela, há previsão orçamentária. Agora sim, nós, prefeitura, temos que estar sempre revisando a distribuição, o controle dos gastos.





Não dá para dizer que não tem previsão para isso. Então, aí é uma rotina específica da secretaria. *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*

Vamos imaginar que a estrutura organizacional da secretaria, você tem lá secretária, subsecretárias, departamentos, divisões, sessões, escolas, diretoras...

Então, pode ser, não só com qualquer secretaria, pode ser que a comunicação, às vezes, não está sendo ágil o suficiente para apontar a demanda e atender a demanda. Não. Eu estou supondo as coisas aqui, tá? A secretária vai atender o sindicato, certamente isso vai ser debatido, mas tem previsão orçamentária para isso, é óbvio que tem.

Tem que ter previsão orçamentária para todas as despesas essenciais. Isso é essencial, como na saúde, o remédio, a merenda na própria educação, material de escritório para tudo, secretarias, material de higiene pessoal para todas as secretarias, isso é óbvio. Agora, existem previsões orçamentárias, existe uma coisa que tem causado muita dificuldade para todas as prefeituras e municípios do Brasil, que é a mudança da norma que regula as licitações, as compras públicas.

Isso está dificultando muito, porque nem o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo se manifestou ainda como tem que ser. Então, as prefeituras estão desbravando isso. Muita coisa que estava já para sair com a 8.666 teve que ser remodelado para atender as novas exigências da Lei 14.133. Então, é um ano também atípico, mas tenho certeza que isso vai ser levado para a mesa de discussões com a SEDUC e a gente vai estender para todas as demais. *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*

Rogério, até aproveitando, eu vou responder a sua pergunta do horário. O que houve aqui é o seguinte. Nós estávamos aqui no horário.

Houve um bom senso para que outras pessoas que estavam chegando pudessem participar. Foi só por isso. A gente poderia chegar às 18h30 e comer, mas quem está entrando não participa.

A ideia, o propósito dessa audiência é a participação popular. Não faz sentido a gente trancar a porta e não deixar mais ninguém entrar, até porque tinha espaço. Porém, compreendo o que você está falando, de ficar esperando e tal, a gente vai pensar nisso para as próximas.

Talvez menos tempo de carência. *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*





Mas a gente tem horário. Eu tenho que entregar o prédio aqui às 10h da noite, até por questões de precipitação do sossego.

Então, jogar muito para a frente também vai diminuir o tempo do nosso debate aqui. Em relação ao que ele perguntou, eu já expliquei aqui, toda secretaria tem a gestão do seu orçamento dentro dos limites estabelecidos. Como eu falei no começo da audiência, tudo o que precisa, tudo o que precisa, não cabe no orçamento, como é o orçamento doméstico de novo.

A gente tem que fazer escolhas, a gente tem que priorizar. Eu preciso comprar uma televisão para o meu filho no quarto, mas o meu plano de saúde aumentou. O que é prioridade? Então, em cima dessas questões pontuais, cada secretaria, cada secretário com a sua equipe define as prioridades.

E aí a LDO estabelece qual é a primeira prioridade, manutenção das ações e programas que já existem, que são as continuadas. Então, tudo o que foi falado aqui é continuado. Novo projeto, aí sim, se houver espaço no orçamento, poderão ser incluídos.

Obviamente, tem um gestor público, tem um prefeito, uma prefeita eleita, que dentro de todas as áreas tem que fazer escolhas também. Então, tem novos projetos para 20 secretarias, cabe quanto no orçamento? Cabe em 10 propostas. Ela vai ter que, dentro do seu plano de governo, da própria população, se ela é próxima da população, ela vai priorizar.

Está certo? Gente, já são 21h:44min. *(pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*

Está bem lembrado? Não, não. É até bom você ter lembrado que é acabar passando.

O SIOPE é preenchido com os dados extraídos. Ninguém digita nada. São os dados extraídos do sistema, do software, do RH, que é onde roda a folha de pagamento, inclusive vai para a transparência, automaticamente.

Agora, cada professor, ele pode eventualmente, naquele mês, naquele bimestre, porque aí os relatores são bimestrais, ter tido férias, ter pego uma licença prêmio, ter usado para pagar um imposto que a gente conhece, que pode usar licença prêmio, férias vencidas para pagar impostos, débitos tributários. E aquilo aparece como remuneração. Inclusive, vai no informe de rendimento.

Você pegar o que está no SIOPE, pegar o informe de rendimento, vai bater, porque entrou toda a remuneração. Certo? E isso aí é validado tanto pelo Ministério da Educação, certo? Quanto pelo Tribunal de Contas. Sem





esse certificado do Ministério e do Tribunal de Contas, as contas da prefeitura não são aprovadas.

Então, se não bater, e eles cruzam dados, se não bater, não vai passar, não vai ter o certificado. Mas, assim... tem dúvida? Gente, eu falo de novo. A gente tem, você entra na internet, tem tudo...

Inclusive, isso pode ser questionado na reunião do Conselho. Os representantes da categoria que.... *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)* Então, aí esse caso da carteira digital, logicamente essa matéria não afeta a minha pasta, a carteira digital. Mas, vocês levando isso na reunião, a gente vai ver.

Então, relatório bimestral. O relatório bimestral. Pode ser que naquele bimestre ele não estava.

Então, tudo bem. É puxado da... Então, ele não recebeu salário, porque é importado do... Bom, tudo bem. Nós vamos debater isso na reunião.

Vocês levam casos específicos que aconteceram que a gente vai apurar. E, gente, só para finalizar. Para finalizar, para finalizar, eu vou repetir.

Nós vamos separar. Então, nós vamos separar todas as propostas, demandas de questões orçamentárias. Vamos encaminhar para secretarias.

As secretarias vão dar sua manifestação técnica, jurídica e orçamentária. Depois vão devolver para nós. Nós vamos compilar tudo isso aí, fazer um relatório único, passar para prefeito para tomar conhecimento de tudo isso.

E aí depois vai ser divulgado no site da prefeitura. Tem um campo específico com orçamento municipal, com a ata da audiência, com tudo isso que a gente conversou. E, paralelamente, reclamações, reivindicações vão ser feitos outros relatórios para serem encaminhados para secretarias.

Que podem, inclusive, serem objeto de futuras reuniões capitaneadas por essa comissão.... Essa reunião com as comissões convocando a secretaria específica, com o secretário. Está certo? *(Pausa, discussão iniciada e terminada, porém não gravada devido ao conjunto de vozes)*

Olha, o orçamento que mais cresceu.... Não, mas a questão nem sempre é subir. É fazer a gestão dentro do que tem e redistribuir. Isso é feito já.

Toda secretaria municipal tem um setor específico de gestão, planejamento orçamentário. Que auxilia a tomar decisão do secretário. Não, o orçamento que mais aumentou disparadamente foi da saúde. Tanto é que chegou a zerar filas e também ser referência nacional. A educação, ela teve o seu crescimento proporcional com o aumento da arrecadação dos impostos que obrigatoriamente vai para lá, do Fundeb.





Porém, teve uma decisão do Supremo Tribunal Federal que eu não citei aqui naquelas ações de outros órgãos. Que simplesmente reduziu 30 milhões de reais no repasse do Qese para a Praia Grande. Na verdade, todo o Estado de São Paulo foi prejudicado, porque eles mudaram a forma de redistribuição do salário e educação.

O imposto que as empresas pagam. Como é que era dividido antes? Tudo que era arrecadado dentro do Estado era repartido com os municípios do Estado com base no senso escolar. Tá certo? Então, a Praia Grande tem bastante alunos matriculados e recebia proporcional por aquilo.

O STF entendeu o seguinte: Não, tem que ter justiça social. E ele foi lá e falou que tudo que São Paulo arrecada vai para o bolo nacional com todos os outros estados.

Evidentemente, mais pobres. São Paulo é o Estado mais rico do Brasil. E depois redistribui para todos os alunos nacionais.

Foi mais para o Nordeste. Foi mais para os estados e municípios mais carentes. E a gente perdeu.

E aí, como é que faz? 30 milhões a mesmo, mas a despesa não reduz. Eu vou cortar a merenda? Vou mandar a aluna embora para casa? Então, tem desafios que a gente enfrenta cotidianamente que muitas vezes não se tornam públicos, mas, como eu falei, a gente está sempre falando em audiência. A gente está sempre falando em reunião com o sindicato.

Que é o momento que a gente tem para mostrar para vocês como é que funciona o trabalho. O que a gente pode garantir é o seguinte. É sempre trabalhando, se esforçando, conversando para fazer o melhor.

Sempre o melhor. E a Prefeita Raquel ela tem esse lado muito humano de querer ajudar. Ela fica frustrada, tanto quanto os servidores, quando não consegue dar o que ela gostaria de dar.

Ela atendeu as categorias. Ela queria dar plano de carreira para todo mundo, só que a gente tem limitações severas. E olha que, de novo, Pixoxó, foi mostrado e foi conversado com o esforço, a sangria que foi feita no orçamento para poder atender especificamente a causa do cartão alimentação.

A gente evoluiu, evoluímos de novo, e estão investindo no servidor. Então, gente...até pelo horário eu vou ter que encerrar. Eu espero que essa audiência já ficou na história, foi a mais longa de todas, com mais participação. Mas que daqui a gente leve esse aprendizado e a gente mantém esse diálogo. Tenho certeza que meus colegas, como já falei, vão sentir a vontade de receber todos vocês. Não há uma rivalidade aqui, uma animosidade. O que há é uma manifestação saudável, em que a





administração quer ouvir e ajudar. E aí a gente vai estreitar o que é possível e o que não é possível.

Tem coisas que estão aqui, que foram faladas aqui, que eu já sei que juridicamente, ah o agente administrativo da Seduc vai ser diferente?

É difícil de a gente conseguir mas vamos mostrar porque não ou porque sim. Caminhos, como foi a questão dos aposentados. Caminhos que foram traçados, foi pavimentando para que acho que a nossa esperança, mais do que nunca, de que vai dar certo, mas ter uma esperança de que vai dar certo. Então queria agradecer a audiência de todos, que estão aqui presentes, todos que nos acompanharam aqui no Instagram da prefeitura e um boa noite para todos.

FIM

Flavia Macintosh

Diretora da Divisão de Controle de Compras e Serviços

Responsável pela transcrição do áudio da Ata da Audiência Pública

Rosely Andrade da Silva

Diretora do Depto. de Planej. e Controle do Orçamento

Responsável pela conferência e formatação do texto Ata da Audiência Pública





AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Constitui planejamento de curto prazo que tem como fundamento o estabelecimento das prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual.



PPA
Conjunto de Programas p/ 4 anos

LDO
Priorização anual dos programas
Metas Fiscais

Orçamento Anual
Alocação de recursos para execução dos programas



AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Previsão Legal:

- Constituição Federal
- Lei Complementar n.º 101 /2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei Orgânica Municipal





AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Assuntos abordados pela LDO:

- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- Programação financeira
- Regras para controle das Despesas com Pessoal art. 20 e 22 da L.R.F
- Formas de limitação de empenho



AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Assuntos abordados pela LDO:

- Anexo de Metas Fiscais
- Regras para transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- Anexo de Riscos Fiscais
- Novos Projetos
- Reserva de Contingência





AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Metas Anuais Receitas

RECEITAS	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 2.378.356.000,00	R\$ 2.529.143.000,00	R\$ 2.642.538.000,00

DESPESAS	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2026	EXERCÍCIO 2027
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 2.378.356.000,00	R\$ 2.529.143.000,00	R\$ 2.642.538.000,00



AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

METAS FISCAIS

RESULTADO PRIMÁRIO – EXERCÍCIO 2025

RECEITA PRIMÁRIA	R\$ 2.314.986.000,00
(-) DESPESA PRIMÁRIA	R\$ 2.324.859.000,00
(=) RESULTADO PRIMÁRIO	(R\$ 9.872.000,00)





AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

METAS FISCAIS

RESULTADO NOMINAL – EXERCÍCIO 2025

Valores Constantes	Exercício 2024	Exercício 2025
Dívida Consolidada	R\$ 231.097.000,00	R\$ 187.888.000,00
(-) Deduções	R\$ 325.000.000,00	R\$ 313.585.000,00
(=) Dívida Consolidada Líquida	(R\$ 93.903.000,00)	(R\$ 125.697.000,00)
RESULTADO NOMINAL	R\$ 31.794.000,00	



AUDIÊNCIA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Despesas com Pessoal

Exercício	Receita Corrente Líquida Ajustada	Limite Prudencial Tribunal de Contas Estado de São Paulo		Despesa Pessoal Prefeitura	
		R\$	%	R\$	%
2023	R\$ 2.074.712.254,97	R\$ 1.008.310.155,91	48,60%	R\$ 1.003.902.714,41	48,38%
2024	R\$ 2.196.455.366,46	R\$1.067.477.308,10	48,60%	R\$ 1.089.667.988,78	49,61%
2025	R\$ 2.338.023.431,49	R\$ 1.136.279.387,71	48,60%	R\$ 1.155.234.768,64	49,41%
2026	R\$ 2.488.226.732,40	R\$ 1.209.278.191,95	48,60%	R\$ 1.196.130.738,75	48,07%
2027	R\$ 2.601.083.401,25	R\$ 1.264.126.533,01	48,60%	R\$ 1.237.464.206,86	47,60%





AUDIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Equipamento Público	Previsão de Entrega	Valor – Exercício 2025
Construção da Nova USAFA Aviação incluindo o Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), Centro de Atenção à Saúde (CEAS) da Mulher e Academia de Saúde.	Novembro/2025	R\$ 268.572,00
Construção do Novo Prédio para Hemodiálise (NEFRO PG)	Novembro/2025	R\$ 497.490,00
Ampliação da E.M. Ronaldo Sérgio L. Ramos	Fevereiro/2025	R\$ 2.182.490,00



AUDIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Equipamento Público	Previsão de Entrega	Valor – Exercício 2025
Construção da Unidade Infantil no Bairro Melvi	Abril/2025	R\$ 4.144.991,00
Construção da Unidade Infantil no Bairro Real	Maior/2025	R\$ 4.364.920,00
Casa do Artesão no bairro Solemar	Novembro/2025	R\$ 210.366,00
VALOR TOTAL DOCC		R\$ 11.668.829,00







PREFEITURA PRAIA GRANDE

AUDIÊNCIA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2025

Participação Popular

Participe do Orçamento Municipal de 2025 com propostas e sugestões

ACESSE:
www.praia grande.sp.gov.br/loa2025

 @prefpraia grande



WWW.PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR





PREFEITURA PRAIA GRANDE

Participação Popular



HOME A CIDADE ESTRUTURA DE GOVERNO SERVIÇOS ONLINE NOTÍCIAS OUVIDORIA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA **ÁREA DO USUÁRIO**

Orçamento Municipal / LOA 2025

Consulta Pública - Orçamento Municipal 2025

APRESENTAÇÃO

ATAS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMO PARTICIPAR

O que é e pra que serve a Lei Orçamentária Anual (LOA)?

A **Lei Orçamentária** é o instrumento de planejamento utilizado pelos governantes para gerenciar as receitas e despesas públicas em cada exercício financeiro. A LOA representa elemento fundamental na gestão dos recursos públicos, uma vez que sem ela o administrador não recebe autorização para executar os programas, projetos, atividades e implementação de políticas públicas.

Assim, o Orçamento concede prévia autorização ao ente da Federação para que este realize receitas e despesas em um determinado período. Por meio do orçamento pode-se verificar a real situação econômica do órgão governamental, avaliando o comportamento de sua arrecadação, das suas eventuais operações de crédito e dos gastos com saúde, educação, saneamento, obras públicas e outras ações executadas pelos governos e ainda conhecer o que ainda pode ser realizado.

Resumidamente, a LOA pode ser definida como a lei que estima as receitas que serão arrecadadas no exercício seguinte e autoriza a realização das despesas decorrentes do plano de governo. As ações de governo são limitadas por um teto de despesa, mas, se houver necessidade, a lei prevê a possibilidade de abertura de créditos suplementares como forma de remediar imprevistos, omissões e erros no momento em que se elabora a peça orçamentária ou até mesmo novas situações que venham surgir durante a execução do orçamento.

De acordo com preceito constitucional, a Lei Orçamentária Anual compreenderá separadamente:

- O **Orçamentos Fiscal** referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- O **Orçamento de investimentos das empresas** em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- O **Orçamento da seguridade social** (conjunto de ações estatais que compreende a proteção dos direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social), abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.







Participação Popular

PARTICIPAÇÃO POPULAR
Período: 17/04 a 27/07/2024

Projeto
Lei Orçamentária 2025
Prazo: 30/09/2024

ACESSE/PARTICIPE: www.praiagrande.sp.gov.br/loa2025



OBRIGADO A TODOS !!!





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Monica C Silva		13 974215915
2.	Ricardo B. Carvalho		
3.	Marcia Inês Costa de Souza	Executiva de Juventude PT-PC	11 95932-2230
4.	Ronaldson de Jesus	SEAD	9740 58901
5.	Mª Helena Miguiz Torres	Sead	(13) 3496-1474
6.	Edney Garza Camero	Sead	(13) 3496 2056
7.	THOMAS STORIK	SE DUC	(11) 96836 2052
8.	Piero Serranti	Subcom	13 98186 682
9.			
10.			





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	LAFAPL BARROS	SEFIN-7	13 997 332619
2.	Josias Soares da Silva		13 981149749
3.	Jelange da S. Melo	Seduc	13 99100-8036
4.	Danieli Rubens Santos	SEDUC	13 998078455
5.	Valquíria da Silva Lopes	Sesap	13 996496945
6.	Fabiana Veríssimo dos Santos	Seduc	13992030368
7.	Faeliana Wrobel de F. Gomes	Seduc	(13) 97416-2110
8.	Daniela da S. Santos	Seduc	(13) 99639 2906
9.	João Luiz Mota	Seduc	(13) 99665.74 86
10.	ANDSON B. CAMPOS	SESAP	(13) 99147-4042





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Juliana Gomes da Silva	Seduc	Juliana.silva.gomes@hotmail.com (21)99597-1077
2.	Maíra Melo Silva	Seduc	maíra.mello21@gmail.com (13) 98147 5199
3.	Daniel Santos	SEFIN	(13) 991 259589
4.	Leandro Pires	Sociedade	(13) 99811-8156
5.	Debora Ederi	SEDUC	13 99665 8662
6.	Andréa Carneiro Masetto	SEDUC	acmg88114@gmail.com
7.	Fernanda Márcia Ramos	SEDUC	fernandamarcia@hotmail.com
8.	Augusto Schell	Seduc	AugustoSchell@prg.sp.gov.br 13998007274
9.	Daniela Sobral Santos Rosa	Seduc	daniela.sosa88@gmail.com
10.	Alzikeila A. Santana	Seduc	(13) 98169-1899





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Orustiane Lereira de Albuquerque	SEDUC	
2.	Cherida Pelizatti Ferruci	SEAS	
3.	Andruza Cardoso Luis	SEAP.	
4.	Renato R. Lemos	SEDUC	sambaarendto@hotmail.com 13- 98876- 2885
5.	Salvador D. Silva	SEAS	
6.	Ina Maria Baptista de Oliveira	SEAP.	ana.maria.baptista.1896mad.com
7.	Andressa Lima Moreira Dias	SEDUC	13-974213922
8.	Wagner F. Silva	SEDUC	
9.	Michèle Rezende de Mesquita	SETRAN	setraneng@praia grande.sp.gov.br 13 - 3496 5076
10.	Ana Carolina R. Biscua	SEDUC	13 996 475528





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Jera Lúcia Costa Joao	SEAS	(13) 3496 - 5027 seas.compras@praia-grande.sp.gov.br
2.	LARA ARENCHI	SEDOC	SEDOC.ESPECIAL@PRAIA-GRANDE.SP.GOV.BR
3.	monique Dominguez	Sectur	(13) 3596 5709. secturac@praia-grande.sp.gov.br
4.	ADRIANO FRATTAS	SASUB	(13) 974031845
5.	Edmo A. dos	Seduc	(13) 98856 - 0811
6.	Mocine Mathias da Moura	SEAD	mocine@praia-grande.sp.gov.br
7.	radika M. Gork	Seduc	mg.dos@gmail.com
8.	Diego Jorge de Melo Lacerda	SEDOC	(13) 99640 - 8303 seduc.obras@gmail.com
9.	Cláudia Gey B. Silve	Seduc	claudia-gs13@hotmail.com
10.	Marimolva B. dos Santos	Seduc	Marimolva





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Marina Carrara Silva	SEDUC	(13) 98599-7509 mcarrara@educacaopg.sp.gov.br
2.	Michelle Colisto da Silva	SEDUC	13. 997 96 9121
3.	Josino	MOMON	Josino 590
4.	Marina Marques	SEPM	marinamarques@gmail.com
5.	Atila Colbi	SEOP	SEOP153@
6.	Guilherme Domingues	SEAS	guilhermedomingues -----
7.	Rodrigo Volante	SEHAB	RODRIGO@PRAIA GRANDE
8.	Ivo José Santos Rocha		IVOROTHACARRO@GMAIL
9.	Heliane Lourenço de Christó	SEDUC	heliane@gmail.com
10.	Cleide de Pontes O. Teixeira	SEDUC	cteixeira@educacaopg.sp.gov.br





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Amanda de Souza P. Andrade	Sectur	secturadm@praia... 13-3496-5709.
2.	Helio Regina Assunção	Sesop	assuncaoelregio@gmail.com 13996201167
3.	Heliana R. Augustinho	SEFIN	SEFIN@PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR
4.	SARA JANE Ribeiro Vitorino	SEDUC	SEDUC-ASSESSORIA1@pg.sp.gov.br
5.	Cristiano MOLA	SEFIN	SEFIN@praia-grande.sp.gov.br
6.	Gilaine Ap. F. Santos	Sesop	gilaineteller@hotmail.com
7.	Maria Anelina Jhe F. Jlic	Seas	seasapoio@praia-grande...
8.	Sara N. M. L. L.	Se educ	SARANAKAYAMA77@gmail.com
9.	Cláudia Jane Lemos	seduc	claudiajane82@hotmail
10.	Marcelo Dias Pereira Costa	SEDUC	(13) 98814 8217





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Alex Felix Silva de Oliveira	Seduc	alexfelix77@yahoo.com.br
2.	José Augusto de Mendonça Jr	SEDUC	PROFJAUG10@Gmail.com
3.	Pabliane Albur do S. Oliveira	Seduc	Pabliane.oliveira@gmail.com
4.	Marcos de Souza Durkin	SESURZ	13-582063492
5.	Jenisa Maria Moreira	Seas	seasalmat@praia grande.sp.gov.br
6.	Flávia José Gomes Tavares	SEOP	seop15@praia grande.sp.gov.br
7.	Miguel de Moura Nogueira	SEDUC	miguelnogueira PG@hotmail.com
8.	FABIO FREITAS DA SILVA	SEHAB	fabiofs@praia grande.sp.gov.br
9.	Rosmeire Gomes Leite de Oliveira	SEFIN	meire - pg@hotmail.com
10.	Vanice Gimenez	SEAS	seas.psalte@praia grande.sp.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QR Code ou acesse: <https://assinadorchilalexternopr.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código QR Code ou acesse: <https://assinadorchilalexternopr.praia grande.sp.gov.br/consulta>

Assinado por: ROSELY ANDRADE DA SILVA, FLAVIA MACINTOSH, BENEDITO EVANDRO FRANCISCO DE SOUZA, YARA REGINA COUTINHO DE ALMEIDA PRADO e CRISTIANO DE MOLA.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Grêta Lima	SEDUC	SEDUC .contas
2.	Amanda Rissulo R.P. Milon	Seduc	Alimentação Seduc
3.	Ona Paulo Dias Saur	Seduc.	onapaulodias@gmail.com
4.	ROSA DE CÁSSIA DO O. GATWANI	SEDUC	marcoscaballero@gmail.com
5.	Nathalia Araújo Patano	Seduc	nathapatano@yahoo.com.br
6.	Regina de S. S. Ruela	Sesop	regina_ruela@gmail.com
7.	Amanda Neves Dias de Jesus	Sefin	sefingalante1@gmail.com
8.	ÉDIPPO PEREIRA DAS V. COSTA	SEDUC	SEDUC. OBRAS
9.	Graciele de C. Pereira	Sefin	sefingraciele@gmail.com
10.	Elzine Ferreira Louzanno	Sesop	Sesop ¹⁵⁰ @prazizgrande.sp.gov.br





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Vaniz Maria Santos de Souza	Sesap	vaniz.ajm72@gmail
2.	Thais A. A. Pucioso	Seduc	thaispucioso@educ.ri...
3.	Justino F. Romellio	Seplan	gustavo.g.avalanche@gmail.com
4.	Israel Batista de Oliveira	Seduc	prof.israelbatista@gmail.com
5.	Jamair Fernando Cespedes Campos	Seduc	professor.jamairvda@gmail.com
6.	Luciana Dares Linto	Seduc	lucyannadares27@gmail.com
7.	IMMAN MACHADO	SEAD	IMMAN MACHADO - 51.92.11
8.	Carlos Boulton de Oliveira	SEAD	SEAD SUPORTE TECNICO
9.	Valquiria Medeiros	Seduc	seduc.acaocomunidade@praia.gra...
10.	Johiana Rodrigues	Seduc	fbriandrodrigues@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura e o QR Code ou acesse: <https://assinador.dpi.jus.br/assinador/externo/praiagrande.sp.gov.br/consulta> e informe o código QRFBOLMS SPDEQDLK DPDKZOL 6614UX5C
Assinado por: ROSELY ANDRADE DA SILVA, FLAVIA MACIEL DOSH, BENEDITO EVANDRO FRANCISCO DE SOUZA PARA REGINA COUTINHO DE ALMEIDA PRADO e CRISTIANO DE MOLA.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Wandusse R. R. dos Santos	SEduc	Wan_wan_45@hotmail.com
2.	Celso Mota dos Santos	SEAD	Patrimônio/mobiliário@PraiaGrande.SP.GOV.BR
3.	Rosângela S. Santos	SEDUC	rosangela@gmail.com
4.	Eliane Queiroz	SEDUC	elianequeroz@gmail.com
5.	Rosely Andrade	SEFIN	(13) 3496-2113
6.	HAMILTON COSTA XAVIER	SIND. PRAIA GRANDE	(13) 99103 3831
7.	Sora o marão milam	SESUB	(13) 99803 3092
8.	Thiago Camillo Magalhães	SEAP	13 99652 3285
9.	Jaqueline Ap. Senel de Almeida	SEOP	seopadm@praiagrande.sp.gov.br
10.	Luís A. da S. Rodrigues	SEDUC	(11) 96630-1137 luherodrigues@hotmail.com





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Leonardo Faio de Almeida	Seduc	13 98210-9825
2.	Valdine Nascimento	Seduc	13 991122180
3.	Elide Helene Vieira Rocha	Seduc	13 981463096
4.	Isiane Mera da Silva	Seduc	13 988148356.
5.	Elvina Ferreira	Seplan	13 3496 2047
6.	Thiago Felipe N. Gonçalves	SEDUC	13 996621322
7.	Camila Cagliari Duran Zogheb	Seduc	13 991050595
8.	Isiane Jesus Santos	SEDUC	13 98116 8566
9.	Luís Marques Plus	Sesap	13 99127 3349
10.	Evertton Santos Mendes	SECTUR	(113) 99116 1707





AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Amanda Espindolo de Carvalho	SE DUC	amanda.carvalho.espindolo@gmail.com
2.	WLADEMIR DE LIMA DÍAS	SEDUC	wladimir.de.lima.dias@gmail.com
3.	Tamara C. M. Mota	Seel	seeladm@praia-grande.sp.gov.br
4.	Miguel Angelo Silva Rocha	Siduc	miguel.angelo.silva@outlook.com
5.	Sidneya Miyamura C. da Silva	Seduc	sidneyamiyamura@yahoo.com.br
6.	Erika Taisa Mano	Seas	erikatailarina@hotmail.com
7.	Juliano Zanotari	SEPLAN	julianoze@praia-grande.sp.gov.br
8.	Karine Gusmão	SEAI	Karine.gusmao@praia-grande.sp.gov.br
9.	Rosiane Nery	Seurb	seurb.rosiane@praia-grande.sp.gov.br
10.	Marcelo Vitor J. V. de Souza	SeSep	marcelovitorjv@gmail.com





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Pedro Augusto T. do Silva	Seduc	(13) 99673-0289
2.	Ana Carolina Rolan Biscaia	Seduc.	(13) 99677-5528
3.	Jagner Francisco de Assis	Sepin	(13) 99177 3668.
4.	Solange L. dos Santos	Seduc	13- 988211807
5.	Janis Maria Pereira	seduc	13- 99149-5625.
6.	Ricardo da Silva	Seduc	13 99635-9367
7.	Wagner Barbosa	Sepic	13 98839-8846
8.	Heloni Amozz de Oliveira	Sesop	(13) 9418486F
9.	Cristiane J.M. Nobrega	Seduc	13 34965718
10.	Mauricio Petiz	Seduc	13 34965704





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Alcides Rodrigues Andre	SESAP	431.98876-1336
2.	Gildo S. Guimarães	Apresentado	Proposta gildo guimaraes
3.	Fdo Santo de Jesus	Sesap	deonir@ho2mul.com
4.	Mônica Helena Dias Almeida	Sesap.	13.99719 2442.
5.	Luciano Pinheiro	SEFIN.	(13) 3496-2051
6.	Elaine do Vale Batista	SEFIN	131 981535390
7.	Giovanna Pereira Roberto	SESAP	(13) 99754-7823
8.	Elaine Damascô Guedes Lima	Sefin	(13) 3496 2245
9.	Wilson da Silva Santos Neto	SEDUC	(13) 98212-3080
10.	Elionor Alves dos Santos	SEDUC	(13) 98116 6268





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Guilherme Cozzi	Se fin	dividativa1@...
2.	Solange dos Anjos	Se fin	Recursos Imobiliários
3.	Jordana Borges dos Reis	"	FISCALIZACAO ISS@PRAIA
4.	Alexandre Toledo	"	EDFISCALIZACAO@PRAIA
5.	Rizori Reis Barbosa	"	DEPARTAMENTO RECURSOS@PRAIA
6.	Jonana Alencar Ribeiro	"	fiscalizacao tributaria@praia
7.	Anaíse da Silva Rosa e Silva	SEDUC	anaise_dasilva@ho...
8.	Nancy Reverte	SEDUC	for
9.	Yara Regina C. de A. Prado	SEFIN	yarap@goonx.com
10.	Esther Alves Soares	Se fin	esther@praia.gov.br





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Elder Neves Junior	Seduc	ELDERNEVESJUNIOR@gmail.com (13) 991180699.
2.	Claudia R.R. Martin	Seduc	(13) 99721-8926.
3.	Daniela Rosa Schall	Seduc	115/998007274
4.	Sérgio dos Santos Montenegro	Secuc	(13) 991827378
5.	Claudia Peres de Almeida	municipal	(11) 993911578.
6.	Adriano R. Lopes de Silva	Pres. Sembrado	(13) 991227180
7.	Stephanie Mosquetti Casagrande	SESAP	(13) 99768-8583
8.	Jean Lima Masamoto	SEURB	(13) 99762456 projetos.especiais@gmail.com
9.	Chaylo L.M. De Moura - Pinarão	SEEL	994077811
10.	João Benito dos Santos	SEAD	SEADPAfamares 13 981270453





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Elione D. Magatto	Socam	elionem@praigrande.sp.gov.br
2.	Guêlide R. Pereira	Seduc	Guêlide R 79@gmail.com
3.	Fábia Jôva	Sesop	fabianurcss1975@gmail.com
4.	Luis Antonio Pontes C. Filho	SETRANSP	setransp@praigrande.sp.gov.br
5.	Patrícia T. Borges	Se transp	submunitaria@transp.br
6.	Crístina Dal	Seduc	crislaalmeida@gmail.com
7.	Dayse O. Silva	Seduc	PROFESSORATIADAYSE@gmail.com
8.	Oleide C. Rigo Lopes.	Seduc.	cleiderigo@hotmail.com
9.	Stielei de Souza Reis	SEDUC	Stielei.reis@gmail.com
10.	Agatha Helena dos Santos	SEFIN	agatha@fpgprer.sp.gov.br





AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Edineide S. dos Santos	SEMA	edineide_santos@hotmail.com
2.	PAULO EDUARDO SANTOS MARTINS	SEMA - PG	sema12@praia.grande.sp.gov.br
3.	Luciana Lima Ferreira	SECTUR - PG	secturassessoria@praia.grande.sp.gov.br
4.	Yuri Kalinin	SESAP - PG	SESAP1040@PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR
5.	Renato Santo Vasques	SEPD	RenatoVasques@praia.grande.sp.gov.br
6.	Leonardo S. de Souza	SEAI	SEAI1801, SEAI1801@praia.grande.sp.gov.br
7.	Ramunda A S D Rezende	SEPLAN	analise_sa_rezende@gmail.com
8.	Marcelo Vinicius de Oliveira Soares	Educação	marcelo.vsoares@psb-pg.com.br
9.	Kamila a. albino Pereira	Urbanismo	seurb1300@praia.grande.sp.gov.br
10.	ELIZABETH AVILA	SEASP	BethAVILA.12@gmail.com





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Luiz César S. Moura	ONG AAD	981792504
2.	Solange Alves Inanques	SEAS	982240761
3.	Rogério Bortolotto Corrêa	MUNICIPE	ROGERIOALEXANDRE.UBER@GMAIL.COM
4.	Alexandra C. Martins	Seduc	(13) 99822-3359 alexandra_martins374@gmail.com
5.	Óscar Gomes Bolandier	CSMAR	vitazgabrielovich@gmail.com
6.	Ellen Bernanda Alves Boie	SESAP	43 997731104
7.	Amenda Araujo de Oliveira	SEDUC	981342321
8.	Ana Maria D. Bonina	SEDUC	13988557448
9.	Robson Cortez	Seduc	13. 98167-0234
10.	Benedito Elvino F. Lou	SEFIN	13 991793044





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2025 - 26/04/2024.

	NOME COMPLETO	ENTIDADE/SECRETARIA	E-MAIL/TELEFONE
1.	Marcela Sousa Pereira	SETRANSP	secretariasetransp@praia.gr
2.	Desirée Mattos Borges	SEDUC	974.069194 desiree.mlf@bol.com.br
3.	Cristiane P. Santos	Seduc	cris2003@hotmail.com
4.	Líria Christyne L. Da	Seduc	LCBIAS @EDUCACAO.PG-SP.GOV.BR
5.	Simone Kuhne Azeredo	Seduc	Simone Kuhne 02SK48 @ gmail.com
6.	Vania Maia de Carvalho Sanchez	SEFIN - FPGPREV	WANIA@fpgprev.sp.gov.br
7.	Eduardo Galis Adriano	SEMB	eduardoga@praia.grande.sp.gov.br
8.	Gemacini Salim	SEG	seg2@praia.grande.sp.gov.br
9.	Carla Vitorino dos Santos	Seduc	carla.toreforte@gmail
10.	RAFAEL ZAVESCO M. K. GALHARDO	SEASP	gz/hardo@praia.grande.sp.gov.br



Verificação de assinatura



Código de verificação:

6RFOBLMS SNDEQDLK DPDTK2OL 66L4UX5C

Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site

<https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

